



8.ª Conferência da Reforma Agrária

A REFORMA AGRÁRIA EXISTE, RESISTE E VENCERÁ

Reportagem e discurso de Álvaro Cunhal
nas páginas centrais

LEI DE «SEGURANÇA INTERNA»

GOVERNO À BEIRA DA DERROTA

O Governo prepara-se para sofrer uma estrondosa derrota. A chamada lei da «segurança interna» por ele eleita em prioridade das prioridades já não vai certamente ser aprovada antes das férias parlamentares, o que representa um rude golpe nos projectos governamentais de instaurar um estado totalitário. — Pág. 3

Avante! festa!

VENDA DA EP tarefa imediata

A venda da EP constitui nesta altura uma tarefa essencial para assegurar o êxito da Festa. Diversas organizações têm promovido iniciativas com êxito sobre as quais damos alguns elementos na pág. 3

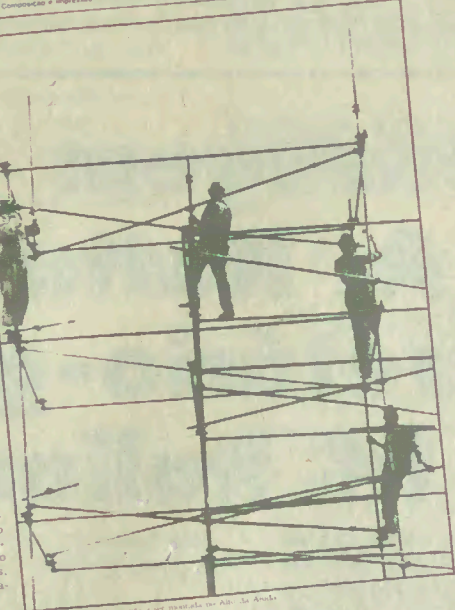
Já há cartaz!

• Também já distribuída a maqueta para murais sobre a Festa

Diversas organizações do Partido têm sido propostas para este importante elemento de divulgação da Festa, bem como sobre outros temas já se breves outros murais, sempre dos militantes, nomeadamente a maquete da mural.



Da Polónia para o Alto da Ajuda
BLUES FELLOWS



A Festa já cresce!

Fins de semana, fins de tarde, uns dias, outros dias, a Festa — tudo é fundamental para erguermos a «nostra cidade» do Alto da Ajuda. Na pág. 2 divulgamos as necessidades mais prementes sob o ponto de vista profissional que se fazem sentir nesta fase.

Para a semana divulgaremos pormenores de uma novidade que despertará os brios de muitas organizações: a do Alentejo prepara uma jornada de trabalho na Ajuda para a qual contam trazer mais de três centenas de camaradas!

a partir de hoje
um suplemento de 8 páginas
inteiramente dedicado
à Festa do «Avante!»



Mensagem de A. Natta secretário-geral do PC italiano

Pág. 2

Tempo de Antena
do PCP

6.ª-feira, dia 20

na RTP-1
a seguir ao Telejornal

NICARÁGUA

cinco anos da revolução sandinista

Saudação do PCP - Pág. 8 • Artigo no Suplemento
Sessão comemorativa no Teatro Maria Matos, hoje, às 21 horas

SEMANA

11
Quarta-feira



Mulheres em S. Bento

O «1.º Forum das PME», organizado pelas Associações Industrial Portuguesa e Industrial Portuense, o IAP-MEI e CGD, foi inaugurado de manhã pelo PR. Decorre até domingo. Segundo números divulgados pelos organizadores, há em Portugal 16 mil empresas com menos de 500 trabalhadores, o que as inclui entre as PME. Empregam 62% da mão-de-obra e exportam 25% do total das exportações ■ De acordo com um balanço feito pela CGTP-IN, 800 mil trabalhadores desenvolveram lutas nas empresas no 1.º semestre de 84. A greve continuou a ter «papel dominante». À cabeça, como reivindicação, a melhoria dos salários (70% das lutas); 22% das lutas visaram o pagamento de salários em atraso ■ Concentração de mulheres do distrito de Lisboa, em S. Bento, a apelo da USL: pela contenção dos preços, um cabaz de compras e a segurança e a não discriminação no emprego ■ A Conferência ministerial da OPEP hoje terminada resolveu manter os preços e os tectos de produção decididos em Março de 83.

12
Quinta-feira

A OCDE prevê para Portugal, em 1984, uma descida de 2% do PIB, 27% de inflação e o aumento do desemprego. Considerando embora «positivos» o acordo com o FMI e a redução do défice da balança de transacções correntes, a OCDE assinala a nossa «demasiada» dependência do estrangeiro, nomeadamente no sector agro-alimentar, sendo que um quarto da população se ocupa da agricultura e a esta correspondem apenas 8,5% do PIB ■ Uma comissão de inquérito ao presidente da CM de Oeiras conclui por «facilidades» por ele concedidas a urbanizadores em matéria de alvarás (caducações de débitos ■ Em comentário, a Angop volta a afirmar que o comando da contra-revolução angolana está instalado em Portugal, onde «dispõe de liberdade de movimentos, protecção oficial e propaganda fácil em certa imprensa, incluindo a estatizada» ■ A Associação dos Inquilinos Lisbonenses apela aos deputados e ao PR para que não deixem passar a proposta de lei das rendas que o Governo enviou ao Parlamento, com o objectivo de ser votada logo a seguir à lei de Segurança Interna ■ Em encontro com o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, de visita a Moscovo, o chefe de Estado soviético, Tchernenko, reafirmou as propostas de desarmamento da URSS como a alternativa real «para salvar o mundo do abismo» e insistiu na necessidade de reforçar o papel da ONU.

13
Sexta-feira



Tchernenko

Segundo declarações à Anop do juiz instrutor do processo contra as FP-25, «as provas têm-se acumulado», pelo que não são de prever, nesta fase, novas libertações de detidos ■ Em comentário, a Angop volta a afirmar que o comando da contra-revolução angolana está instalado em Portugal, onde «dispõe de liberdade de movimentos, protecção oficial e propaganda fácil em certa imprensa, incluindo a estatizada» ■ A Associação dos Inquilinos Lisbonenses apela aos deputados e ao PR para que não deixem passar a proposta de lei das rendas que o Governo enviou ao Parlamento, com o objectivo de ser votada logo a seguir à lei de Segurança Interna ■ Em encontro com o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, de visita a Moscovo, o chefe de Estado soviético, Tchernenko, reafirmou as propostas de desarmamento da URSS como a alternativa real «para salvar o mundo do abismo» e insistiu na necessidade de reforçar o papel da ONU.

14
Sábado

Às zero horas entrou em vigor um novo aumento dos combustíveis — o segundo deste ano e o terceiro desde que o Governo PS/PSD tomou posse. A gasolina super passou para 99\$, o gasóleo para 60\$, a garrafa de gás para 884\$00 e o metro cúbico do gás da cidade para 22\$30. Entretanto, para Agosto, está já decidido o aumento das tarifas telefónicas ■ Segundo o Banco de Portugal, o escudo sofreu no primeiro semestre deste ano, relativamente ao período correspondente de 1983, uma desvalorização de 20,5% ■ A Angop, citando jornais britânicos, afirma que o sub-secretário norte-americano para os Assuntos Africanos, Crocker, o MNE da África do Sul, Botha, e Jonas Savimbi se encontraram recentemente na África do Sul, «com o objectivo de implementar maior apoio político e militar aos contra-revolucionários angolanos» ■ Cerca de 50 portos e 70% do tráfego de mercadorias bloqueados na Grã-Bretanha em resultado da greve dos portuários: a situação agravar-se-á, porém, a partir de hoje, com a paralisação do porto de Felixtowe.

15
Domingo

Protestos generalizados pelo aumento dos combustíveis — desde a Confederação do Comércio Portuguesa («o sector empresarial do Estado», «cuja voracidade não cessa...») até à CGTP-IN: «não é uma necessidade real da economia portuguesa» mas mais uma peça da «estratégia governamental de aumento desenfreado dos preços e do custo de vida», o agravamento dos custos de produção; ao Estado, «a diferença (cada vez maior) entre o preço do petróleo ao consumidor e o que é pago à Petrogal».

16
Segunda-feira



Margareth Thatcher

Segundo a CGTP-IN, um quarto dos trabalhadores por conta de outrem têm salários inferiores a 80% do salário mínimo nacional. Dos cerca de 400 mil trabalhadores com salários mais baixos, mais de metade são mulheres ■ Considerada «boa» por representantes sindicais de ambos os sectores a adesão às greves do pessoal de terra da TAP e da hotelaria do centro e sul. Num e noutro caso, reivindicações salariais estiveram à cabeça mas não foram os únicos motivos de luta ■ Com a adesão à greve, já em curso noutros portos, dos estiveiros de Dover, hoje verificada, o tráfego portuário na Grã-Bretanha está praticamente paralisado. Com efeito, por aquele porto passam diariamente 2 a 3 mil camiões e cerca de 60% das exportações britânicas para a CEE. A greve dos portuários e dos trabalhadores de transportes marítimos, que conflui assim com a dos mineiros, provoca a mais grave crise social por que já passou o governo de Margaret Thatcher.

17
Terça-feira

Números divulgados hoje pelo INE indicam que os preços ao consumidor aumentaram (rendas não incluídas) 31,1% entre Junho de 83 e Junho de 84. Só entre Maio e Junho deste ano os preços aumentaram 8,2% ■ Na AR recomençou o debate da proposta governamental de «Segurança Interna», prevendo-se que não possa ainda hoje ser votada. Insólito: o ministro Eduardo Pereira, que deveria defendê-la em nome do Governo, ausentou-se para parte incerta... ■ Entretanto, associações de índole muito diversa, órgãos autárquicos, sindicatos, a Ordem dos Advogados contestam na generalidade o carácter «fascista» e «pidesco» da lei que o governo pretende fazer aprovar ■ Pierre Mauroy demitiu-se hoje do Governo francês, que integrava, como se sabe, quatro ministros comunistas. Para o substituir foi nomeado Laurent Fabius, de 37 anos, um outro socialista até agora ministro da Indústria, que formará novo governo. Causas próximas conhecidas da demissão de Mauroy a lei sobre o ensino laico e a demissão do ministro da Educação.

Editorial

PRESSIONA O TEMPO DE MUDANÇA

A continuação do Governo PS/PSD de Mário Soares e Mota Pinto ao leme do Estado e a política antinacional de cariz fascizante que impõe ao País, tornaram-se, não apenas um fardo insuportável para os trabalhadores e as classes e camadas intermédias da população, como uma grave ameaça em vias de consumir-se às liberdades e direitos dos cidadãos, às instituições democráticas, à própria independência nacional.

Demitir este malessio Governo, deter urgentemente a sua rota que arrasta Portugal para o naufrágio, viabilizar nos planos institucional e político uma alternativa democrática, tornou-se uma questão imperativa de sobrevivência do regime democrático.

A vontade popular é manifesta: o Governo de Soares deve ser posto na rua. Há sobejas razões políticas para uma urgente mudança e há forças patrióticas de um vasto leque social e político, suficientes e capazes de a operar e garantir.

Os últimos actos do Governo e as últimas consequências da sua política mostram que os perigos são reais.

A Revolução de Abril e as suas principais conquistas proporcionaram a Portugal um modelo de democracia económica e de democracia política altamente promissor de um futuro mais feliz para o Povo português.

Estas duas componentes essenciais da democracia portuguesa estão hoje sob o fogo concentrado das velhas forças apeadas do Poder em Abril de 1974 que sob novas farpelas, novas formas e novos comandantes encontraram em Mário Soares e no punhado de homens de palha que o acompanham o braço executor mais dócil.

A dupla ofensiva contra a democracia aí está sem disfarces e em pleno curso nas medidas e projectos económicos do Governo e nas tentativas de impor contra ventos e marés a celerada Lei fascista de Segurança Interna.

Projectos legislativos que alterariam radicalmente a realidade socioeconómica do País são já conhecidos na substância concreta ou nas suas linhas gerais. Por outro lado, estamos hoje em condições de verificar o carácter nocivo da prática e dos acordos governativos, das medidas antes promulgadas e dos objectivos visados pela coligação PS/PSD e por toda a direita restauracionista, a tempo e justamente denunciado pelo PCP.

É fácil constatar que o grande capital — mesmo sem as decantadas «alterações estruturais» que exige dos seus serventuários no Governo — tem conseguido intensificar numa escala desmedida a acumulação capitalista à custa da miséria, da fome, do desemprego, da exploração agravada dos trabalhadores, da queda brusca dos salários reais e do poder de compra da população, da brutal escalada do custo de vida.

Os números oficiais dos primeiros seis meses de 1984 publicados pelo INE, mesmo com todas as reservas e natural desconfiança, são elucidativos:

Os preços ao consumidor subiram 32,1%, os custos da «alimentação» atingiram 33,5%, os da «habitação» (sem as rendas de casa) aumentaram 34,5% e dos «diversos» — em que se incluem os transportes e comunicações, as despesas com a saúde e outras — subiram 26,9%. Só no mês de Junho o custo de vida galgou 3,2%. Sabendo-se que as despesas de alimentação e de habitação absorvem hoje cerca de 70% dos orçamentos familiares e tendo em linha de conta que só pouco mais de 11% do meio milhão de desempregados recebe subsídios e que cerca de 150 000 trabalhadores têm os salários em atraso e não os recebem há meses, pode-se avaliar do drama pungente das centenas de milhares de famílias portuguesas atingidas pela política antipopular da clique Soares/Mota Pinto.

Claro, para Mário Soares e outros fiéis servidores do grande capital a fome e a miséria não passam de «invenções dos comunistas»...

O Governo de Soares e Mota Pinto atinge o cúmulo da perversão quando no dia seguinte aos grandes palavrões e promessas, aos «planos» e «metas de desenvolvimento» anuncia-dos com pompa, às afirmações de superação da

crise, executa medidas que são a negação prática de tudo isso. O embuste atingiu as formas mais refinadas.

Menos de uma semana depois do ministro Ernâni Lopes ter apresentado ao público o PRFE (Plano de Recuperação Financeira e Económica) e depois das «ridentes» perspectivas que proclamou para a economia portuguesa no programa encomendado «Primeira Página», da RTP, eis uma nova subida da gasolina, do gasóleo (precursor de novos aumentos da energia, dos transportes e outros factores de produção e serviços públicos).

Menos de três meses depois de Mário Soares ter prometido, magnânimo, aos empresários do Norte o «rebuçado» de uma baixa («pequena» — dizia ele) nas taxas de juro aí vem a banca estrangeira dizer que não senhor, que Portugal não pode baixar a taxa de juro.

Pouco depois das confiantes referências dos arautos do Governo à «melhoria americana», aí se desenha novo aumento das taxas de juro nos Estados Unidos, congeminado pelo Reserve Bank e nova escalada do dólar que vem ainda agravar o ciclo infernal da nossa dívida externa numa escala imprevisível.

Outras medidas do Governo arrastarão inevitavelmente novas dificuldades económicas, novos agravamentos no plano social. A exigência pelos grandes proprietários de imóveis de uma nova lei das rendas vai ser cumprida nos próximos dias pelo Governo e a sua maioria.

A extinção de organismos como a EPAC, a AGA e o IFADAP, a intenção de suprimir subsídios (al-guns, aliás, por pagar há largos meses) reflectir-se-ão de maneira nociva na agricultura portuguesa, em particular nas condições de existência de milhares de agricultores que trabalham a terra. E naturalmente na actividade económica em geral.

O Centro de Desenvolvimento Agrícola da Quimigal prevê que a eliminação dos subsídios aos factores de produção como gasóleo, adubos, etc., pode levar a quedas bruscas na produção agrícola.

A prevista redução de 40% no consumo de adubos provocará, segundo o CDAQ, uma queda de 400 000 toneladas na produção de cereais e poderá agravar a balança de Transacções Correntes em 47 milhões de dólares.

Simultaneamente, a abertura da banca à iniciativa privada e a participação privada no capital dos bancos nacionalizados se fosse por diante provocaria a deliberada liquidação da banca nacionalizada. O facto saliente é que esta institucional reprivatização se operaria sob o comando da banca estrangeira, de bancos antigamente associados aos grandes banqueiros portugueses.

Dos 15 novos bancos privados a serem criados até ao final do ano, 12 são estrangeiros. Na operação estão bancos como o Chase Mannhatan, dos Rockefeller, antigos associados dos Espírito Santo na exploração colonial, o Barclays Bank, inglês, ligado aos negócios coloniais do antigo BNU, o Banco Morgan e o Deutsch Bank, associados aos Mellos da antiga CUF, e outros.

A ofensiva contra o sector público e nacionaliza-ção avança por todas as fissuras. Os Mellos propõem-se criar uma empresa «holding» que concentraria em poucas mãos dos antigos senhores da CUF, a Quimigal, a Lisnave e todo o complexo de empresas a elas ligado.

Com o mesmo objectivo, medidas de carácter social contra os trabalhadores e novos rombos nos fundos do Estado estão previstos sob a supervisão do chamado Conselho de Concertação Social.

Uma odiosa operação no plano legislativo — através da revisão das leis laborais e, no plano social, impondo normas na contratação colectiva antioptimárias com a cumplicidade dos divisionistas e traidores da UGT — está no choco. O pagamento das indemnizações aos grandes capitalistas expropriados está em vias de intensificar-se por imposições da CIP e do seu presidente fascista Ferraz da Costa.

A apresentação para breve de uma lei anti-Reforma Agrária imposta pela CAP abrirá a porta à intensificação da ofensiva de destruição das UCPs/Cooperativas do Alentejo e do Ribatejo.

A 8.ª Conferência da Reforma Agrária, realizada sábado e domingo, em Évora, com uma grande determinação e força de massas, de que damos larga reportagem neste número do «Avante!», com um balanço esclarecedor da ofensiva dos grandes agrários e dos seus governos, como o de Soares/Mota Pinto, com os seus projectos de produção e de resistência, constitui uma magnífica afirmação de confiança na Reforma Agrária, na capacidade dos seus obreiros para resistir e uma firme determinação para repor nos martirizados campos alentejanos e ribatejanos a legalidade democrática e o respeito pelas decisões judiciais favoráveis às UCPs. Foi, além disso, uma poderosa manifestação popular de solidariedade com essa grande conquista do 25 de Abril.

A ofensiva contra os direitos e liberdades dos cidadãos e contra a democracia política, corporizada na Lei fascista chamada de «Segurança Interna», precisa-se em toda a sua hediondez e objectivos.

Cresce no País, de todas as regiões, de todos os grupos sociais, de todos os quadrantes políticos, uma firme resistência à tentativa de fascização da sociedade portuguesa implícita na celerada lei levada pelo Governo à Assembleia da República.

É significativo que Mário Soares, o homem que iludiu milhares de portugueses com a sua fachada de «democrata» e de «socialista», tenha agora tirado a máscara e mostrado a sua verdadeira fisionomia de político de direita com a apresentação desta Lei monstruosa, depois da lei das polícias e dos serviços de informação que ele próprio se propõe chefiar.

A intervenção provocatória do ministro Eduardo Pereira — o homem que tem directamente ordenado as operações punitivas da polícia de choque contra os trabalhadores — nos debates parlamentares da última quinta-feira, 12, provocou a indignação quase generalizada dos deputados de todas as bancadas.

O desprezo sobranceiro com que respondeu a críticas acerbas ao projecto do Governo, em particular do PCP, e sobretudo a forma inqualificável com saiu agora em viagem para os Estados Unidos (que teria lá ido fazer?), sem dar cavaco a ninguém, deixando sem resposta os protestos do PCP e de vários outros deputados, incluindo da própria maioria, mostra a verdadeira face e a natureza reaccionária das posições políticas do actual ministro da Administração Interna. Nesta iniciativa fascizante da Lei de Segurança Interna, presente-se que o Governo está à beira de sofrer uma derrota.

O agravamento da situação política nos últimos dias coloca com grande força a necessidade de uma rápida mudança de política e de Governo.

O Governo está podre, a sua maioria mostra focos de deterioração evidentes. Mas a clique Soares/Mota Pinto não cairá por si: é preciso correr com ela; é indispensável restabelecer as esperanças e certezas do 25 de Abril e repor na vida nacional a legalidade democrática.

É sobretudo necessário travar a corrida para a miséria geral, o desastre económico e financeiro, para o caos social, para a liquidação das liberdades, para a perda da independência. E não há outro caminho senão o da luta, o da intensificação e dinamização do movimento operário, popular e democrático, o do reforço da unidade, da convergência, da luta comum de todos os verdadeiros democratas e patriotas.

O PCP pôs todas as suas energias e influência política ao serviço da luta por uma alternativa democrática.

Robustece-se a organização do PCP, novos aderentes vêm às nossas fileiras, milhares de iniciativas mostram a vitalidade e força do nosso Partido.

Com todos os que se dispõem a defender a democracia e o 25 de Abril, as liberdades e direitos dos cidadãos, a elevação das condições de vida dos trabalhadores e do Povo, os comunistas estarão nas primeiras filas na conquista e viabilização de uma alternativa democrática. O tempo de mudança pressiona.

Mensagem de A. Natta secretário-geral do PC italiano

Por ocasião da eleição do camarada A. Natta para secretário-geral do Partido Comunista Italiano, o secretário-geral do PCP enviou o seguinte telegrama:

Prezado camarada Alessandro Natta

Envio-lhe calorosas felicitações por motivo da sua eleição para secretário-geral do Partido Comunista Italiano, expressando os sentimentos de amizade dos comunistas portugueses e a vontade de estreitar as relações de amizade e solidariedade recíprocas existentes entre o Partido Comu-

nista Italiano e o Partido Comunista Português.

Álvaro Cunhal

Do camarada A. Natta, o camarada Álvaro Cunhal recebeu a seguinte mensagem:

Querido camarada Desejo expressar-lhe os meus agradecimentos pela sua mensagem de felicitações e bons votos por motivo da minha designação como secretário-geral do Partido Comunista Italiano.

A vossa expressão de amizade e de apreço e as relações construtivas existentes entre os nossos dois partidos representam precioso estímulo

Delegação do PCP visitou a Hungria

A convite do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro e no quadro das relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o POSH, visitou a República Popular da Hungria, de 29 de Junho a 6 de Julho, uma delegação de estudo do Partido Comunista Português, dirigida por Alfredo Campos, membro do Secretariado da Comissão Distrital de Coimbra.

A delegação do PCP foi recebida por Imre Kovács, sub-chefe do Departamento de Política Económica do CC do POSH, por Gabor Magyar, vice-ministro da Agricultura e Alimentação, Gyula Poden, chefe da Secção de Agricultura

do Depart. de Política Económica do POSH, Janos Perczel, chefe da Secção do Conselho Nacional das Cooperativas Agrícolas.

Durante a sua estadia a delegação de estudo deslocou-se ao Distrito de Bács-Kiskun, onde se encontrou com Dező Terbe, secretário da Comissão Distrital e visitou diversas cooperativas, o sistema complexo vitivinícola da Quinta do Estado de Horszúhgye e ainda a Fábrica de Leite de Peste Oriental.

A visita da delegação do PCP contribuiu para um melhor conhecimento da realidade agrícola e cooperativa da Hungria socialista.

na nova e vinculativa responsabilidade que me foi confiada e na acção internacional do nosso Partido pela paz, o desarmamento, a democracia e o progresso social.

Confirmando a vontade de desenvolver as relações entre os nossos dois partidos na base da autonomia recíproca e de espírito de cooperação, é-me grato transmitir-lhe os melhores votos por bons resultados na vossa actividade e as mais cordiais saudações.

Alessandro Natta

Suplemento

Por motivos de natureza técnica, não nos foi possível dar continuidade à série de reportagens que temos vindo a publicar sobre o Minho, o que faremos numa das próximas semanas. Pelas mesmas razões, só na próxima semana publicaremos a última parte dos materiais dedicados às 1.ªs Jornadas Algarvias.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722

UMA ANÁLISE CIENTÍFICA DA VIDA DIFÍCIL E EXTRAORDINÁRIA DE KARL MARX

“Só o materialismo filosófico de Marx indicou ao proletariado a saída da escravidão espiritual em que vegetaram até hoje todas as classes oprimidas.

Só a teoria económica de Marx explicou a situação real do proletariado no conjunto do regime capitalista.”



Volume de 800 páginas, encadernado e com sobrecapa. 54 páginas de ilustrações.
*
Preço de lançamento: 600\$00

DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 2.º - 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751

Casa da Vende em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 29361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto
R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto Tel. 693908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa Tel. 776936 776750

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381087

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Junho: 44 150

Assembleia da República

Lei de «segurança» mostra isolamento do Governo



— O senhor ministro da Administração Interna não pôde estar presente porque teve de se deslocar ao estrangeiro numa viagem de urgência.
— Mas onde foi o ministro? E porquê? Pode-se saber ou é segredo de Estado?
— Penso que foi aos Estados Unidos, numa viagem de urgência.
Foi mais ou menos desta forma pouco edificante, mais vírgula menos vírgula, que esta semana se retomou o debate sobre a famigerada lei de «segurança interna» proposta pelo Governo.

Esclareça-se que era pressuposto os trabalhos (re)começarem com as vinte intervenções de protesto (pendentes desde a semana passada) ao discurso do ministro Eduardo Pereira que não só assumiu como fez a apologia da lei de «segurança» com que o Governo pretende impor ao País mecanismos repressivos que só têm paralelo com os que vigoravam no tempo do fascismo.

A ausência de Eduardo Pereira «explicada» pelo ministro de Estado Almeida Santos, tinha na bancada dos jornalistas outra justificação: do gabinete do ministro diziam que ele se encontrava de férias. Nos EUA, era a conclusão óbvia.

Se se relata este episódio caricato, bem à medida do actual Governo, é porque ele dá por si a imagem da total falta de dignidade da coligação governamental que coloca na Assembleia uma proposta de lei fascista, arregimentando um ministro e uns tantos (poucos) deputados para fazer a sua defesa e acaba por recusar o debate!

Confrontado entre a necessidade duma legislação repressiva e declaradamente fascista que lhe permita levar a cabo as suas aspirações de totalitarização do Estado e o clamor dos protestos populares provenientes dos mais diferenciados sectores de opinião, o Governo

remete-se ao silêncio arrogante de quem não está interessado em discutir mas em impor o que bem entende. Difícil será dar outro significado à ausência de Eduardo Pereira e ao silêncio de Almeida Santos e do ministro da Justiça que terça-feira estiveram no hemisfério em notório frete de corpo presente.

se têm ouvido no Parlamento à fermigerada lei de «segurança» interna. Muitas e variadas personagens clamam contra o atentado às liberdades consagradas na Constituição que através de tal legislação se pretende levar a cabo. Os «históricos» e os «alas esquerdas» do PS fizeram discursos inflamados que um ouvido menos atento podia até tomar como expressão do inegável repúdio popular por esta lei.

Mas será de facto assim? Passe-se das palavras aos factos e veja-se o que fica

Passar pela janela o que não cabe na porta

No debate desta semana, o CDS e a ASDI fizeram a defe-

violação de correspondência, escutas telefónicas, privação de liberdades, etc., etc. O argumento de que tais medidas na proposta centrista seriam oficialmente confirmadas num breve espaço de tempo não só não lhes retira o carácter inconstitucional como não impede os abusos de poder e a criação de um clima nacional de medo e suspeição.

Quanto à ASDI, que por seu turno apresentou um miniprojecto de prevenção do terrorismo, reconstruído por sua vez a partir do do CDS (já copiado do do PS que por sua vez se inspirou em legislação espanhola, italiana, luxemburguesa e sabe-se lá que mais...) recusa a proposta governamental que afirma não ter emendas mas afirma-se disposta a votar

tas assumam preocupações democráticas — através da proposta que limita as liberdades!

Passando das palavras aos actos, o que se viu na Assembleia foi a procura desesperada de criar um consenso que permita impedir que a batata quente que o Governo passou para as mãos da maioria parlamentar chamasque os rebates de consciência da democracia burguesa, deixando aberta a janela para fazer entrar o que uns restos de decência não permitem que passe pela porta.

Ou, como afirmou Carlos Brito, já que não podemos discutir com o governo discutamos com o governo sombra do CDS; discutamos o mal menor, que não deixa de ser mal por causa disso.

Como se afirmou na bancada comunista, as propostas em debate servem, de uma forma ou de outra os objectivos governamentais. Descoberta a ideia peregrina de que a questão da segurança rende — nas palavras de José Magalhães — arranje-se um machado que fique em suspenso sobre a cabeça dos cidadãos. Que importa a mão que o segura? Entender por isto o combate ao terrorismo e a defesa da segurança dos cidadãos é como afirmar que o passo para o abismo resolve todos os problemas.

A proposta governamental não tem emendas possíveis nem cópias reconstruídas válidas. A única resposta que merece é o repúdio total.

A não ser assim, arriscamos a que a definição lembrada por Magalhães Mota — **democracia é quando tocam as cinco da manhã e é o leiteiro** — perca significado. Porque então poderia ser a nova PIDE.

Uma defesa da lei à altura da lei

O discurso do ministro Eduardo Pereira, ao apresentar a «sua» lei, foi tão obscuro ou tão claro que mereceu nada menos que perto de meia centena de pedidos de esclarecimento. Foi tão arrogante que deixou a sala vazia de aplausos e cheia de reticências, mesmo entre a maioria. Tão ridículo que pareceu não ver que os argumentos delidos que expôs já não enganam ninguém. O ministro teve, porém, um mérito: o de afirmar que a «sua» lei não deve sofrer alterações. Nisso os comunistas concordam. Não querem alterações a uma tão má proposta. Querem simplesmente que ela vá directamente para o caixote do lixo.

Não terá sido por acaso que foi Eduardo Pereira a figura escolhida para apresentar a proposta de Lei de Segurança à Assembleia da República. Talvez apenas Ângelo Correia o conseguisse igualar em descaramento e em sentimento antidemocrático. E em visão apocalíptica. Novamente o tom de «insurreição dos pregos» voltou ao hemisfério pela voz do ministro do Interior que chegou ao cúmulo de argumentar que a lei é «necessária» porque o Governo já foi ameaçado cinquenta vezes este ano. Terá sido pelo telefone? Por carta? De viva voz? Por pinchagem? O ministro não esclareceu. E deixou mesmo a dúvida pairar sobre a identidade dos autores de tais ameaças:

«As ameaças continuamente dirigidas contra os órgãos de soberania», disse Eduardo Pereira, «a chantagem exercida permanentemente contra pessoas que desempenham certo tipo de funções, a intimidação dos cidadãos em geral e a in-

tranquilidade pública, exigem que o Estado adopte as medidas apropriadas para assegurar uma tutela autêntica e efectiva dos interesses fundamentais da sociedade.»

E, perante o elevador de vozes em todo o País, faz de cego e surdo. Para ele, são apenas «algumas vozes».

Foi o que ele disse. Assim ameaçados o Governo e as pessoas, vá de detenções e buscas sem mandatos, vá de escutas e violação de correspondência, vá de permanente Estado de sítio... E, se alguém duvidar de que toda a sociedade está ameaçada, o ministro logo lhe responde que não é legítimo duvidar. Como ele sublinhou, «não parece legítimo duvidar-se da legitimidade da sua necessidade imperiosa».

Quanto à questão da inconstitucionalidade da proposta, o ministro erigiu-se ele próprio em tribunal, achando que isso é caso encerrado, pois a impugnação que o PCP apresen-

tou foi considerada desfavoravelmente pela Assembleia. E os argumentos contrários à lei que, partindo dos comunistas acabaram por ser considerados também por destacadas figuras da maioria, «carecem de qualquer fundamento válido...». Passemos sobre os «argumentos» do ministro que, esses sim, tão fracos se mostraram, não conseguindo mesmo o representante do Governo convencer alguém de que a criminalidade aumentaria ou de que a «operação» FP-25 demonstrava a «necessidade» da lei, ou ainda de que o terrorismo tem ligações internacionais. O fundamental do discurso de Eduardo Pereira mostrou um Governo seguro da obediência da maioria PS/PSD e ficou claro que não bastam as «críticas» de alguns socialistas parlamentares para que o Executivo desista da tenebrosa lei. Caiu pela base, portanto, a ideia dos que pretendem fazer crer que uma lei destas, melinda no caldeirão da comissão de molhada com o projecto do CDS e com as «alternativas» do PS, possa vir a dar uma boa lei. Ela é má para a democracia e isso mais uma vez foi demonstrado. É péssima para os cidadãos. Não é de alterações que precisa, pois toda ela é «um delírio de medidas repressivas», como disse Carlos Brito, ou um «requiem pelas liberdades», como acentuou José Magalhães.

Salários em atraso Feliz engano

Completamente zonzos pela maratona parlamentar, com os olhos em bico — certamente por só olharem na direcção que o Governo manda —, os deputados da maioria acabaram, durante a maratona de quinta-feira passada, de votar o que não queriam. Foi assim que aceitaram a inclusão, no pacote de legislação agendado para o período de prolongamento dos trabalhos que se vai estender até ao próximo dia 27 do corrente, a par de uma série de medidas gravosas

para o País e para os portugueses, de uma iniciativa do PCP — o célebre projecto sobre os salários em atraso!

Assim, além da «lei das rendas de casa» — o pralô forte da legislação antidemocrática que o Governo quer «resolver» tal como a da «segurança» —, entra também o «estatuto do objecto de consciência», o «estatuto da condição militar», a «estratégia de defesa» e uma proposta de autorização legislativa para o

Governo poder como quer aprovar a interdição do direito de sindicalização aos membros da PSP. Assim, o projecto de lei do PCP, que também entrou na agenda — por distração da maioria —, destoa completamente:

«Foi um engano» gritava-se nas hostes PS/PSD. De facto, maioria e Governo tem-se preocupado muito com a «segurança» do executivo e muito pouco com a segurança dos trabalhadores e das suas famílias. Feliz engano, portanto.

O telex dos Açores

Os debates parlamentares desta semana, esperados com especial interesse devido aos crescentes protestos provocados pela proposta fascista do Governo sobre «segurança interna», começaram por mais inconcebível que pareça com uma iniciativa eleitoral do PSD para consumo da Região Autónoma dos Açores.

De forma insólita o presidente da Assembleia Regional dos Açores fez chegar à Assembleia, via telex — o que parece ter acontecido pela primeira vez na conturbada história do hemisfério — um recurso do despacho do presidente da AR que indeferiu a proposta sobre a «não aplicação na Região Autónoma dos Açores a Lei n.º 6/84 de 11 de Maio», que é como quem diz a lei sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Invocava o PSD, na tentativa de explicar a iniciativa, assinada apenas pelo presidente regional, razões de ordem cultural para que a referida lei, vulgarizada como lei do aborto, não fosse aplicada nos Açores.

Numa aparente confusão entre legalidade e conteúdo das leis, entre a iniciativa legislativa constitucionalmente reconhecida às Regiões Autónomas e os limites que lhe são impostos pelo princípio da unidade do Estado, o PSD procurou fazer vingar o direito das leis gerais da República não serem aceites em determinadas regiões do País. A gravidade do precedente que desta forma se pretendia abrir em benefício da campanha eleitoral do PSD, que como fez notar um deputado do PCP preocupa mais aquele partido do que a discussão do regime jurídico ao abrigo do qual se vão realizar as próximas eleições na Região Autónoma dos Açores, foi assinalada em diversas intervenções.

Nem aliança governamental com os socialistas valeu neste caso aos social-democratas. Numa altura em que a generalidade da legislação aprovada pela maioria é posta em causa por todo o País e quando na agenda consta o «mostrengo» da lei de «segurança», imagine-se que repercussões não teria um tal precedente... Isto bastaria de momento para liquidar quaisquer veleidades a violar a unidade do Estado, esse princípio óbvio para o mais comum dos cidadãos de que as leis gerais da República são para vigiar... em toda a República!

Para além desta questão paralela ao debate de fundo que ocupa o Parlamento, é digna de registo uma iniciativa que ao contrário do que é habitual

reuniu o consenso de deputados de todas as bancadas. Trata-se de um requerimento ao Governo sobre as razões que o levaram a utilizar os serviços técnicos dos CTT no encerramento da Emissora Popular de Gaia e da Rádio Impacto, do Montijo. O requerimento

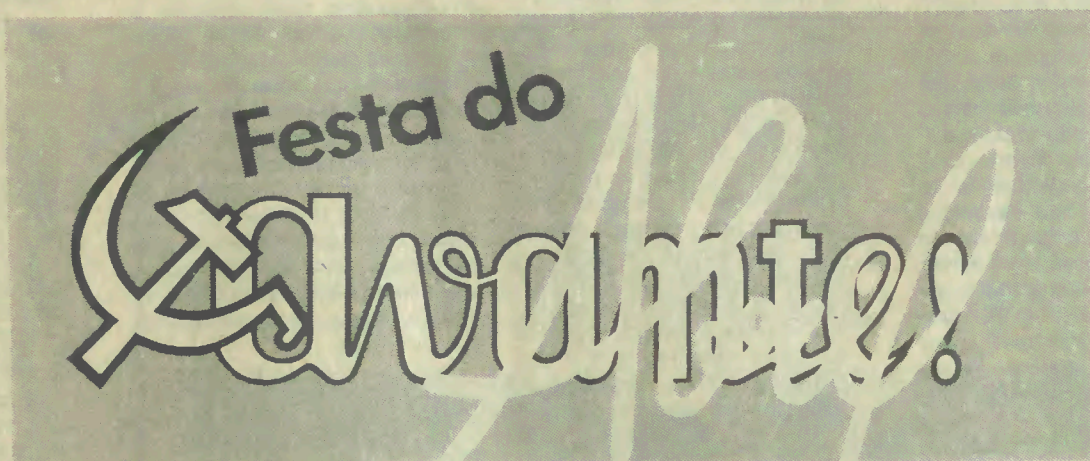
recorda ainda os processos de que estão a ser alvo seis jornalistas da RDP que participaram numa emissão pirata da TSF, e faz notar que uma lei da Radiodifusão «irá ser discutida e certamente aprovada na AR» para regularizar o funcionamento das estações independentes e regionais.

Embora o requerimento não o refira, este procedimento do Governo é tanto mais inexplicável quanto é do domínio público as facilidades dadas aos EUA para emitirem a sua rádio

em Portugal. Uma situação difícil de explicar, mesmo para a maioria parlamentar.

Outro requerimento que importa destacar é o do PCP ao Governo, através do Ministério do Trabalho e Segurança Social, sobre as medidas a tomar para fazer face à situação dos 450 trabalhadores da firma M. P. Roldão, da Marinha Grande, ameaçados de despedimento com o iminente encerramento da empresa e que não recebem salários há sete meses. Um requerimento a exigir

uma rápida resposta, não só devido à gravidade da situação económica e social do sector vidreiro, mas até para dar credibilidade às afirmações governamentais de que o sector é viável e de que não serão encerradas mais empresas naquela localidade. É claro que não se pode descartar a hipótese de o Governo, se e quando se dignar responder, vir dizer como os deputados da maioria quando aprovaram a proposta do PCP sobre os salários em atraso que se tratou de um engano!



ALTO DA AJUDA 7,8e9 de Setembro/1984



Terra

Extraordinária iniciativa

No último fim-de-semana as atenções de quantos se preocupam com as questões de interesse nacional e designadamente com os problemas relacionados com a agricultura centraram-se seguramente em Évora, cidade que mais uma vez foi palco de uma Conferência da Reforma Agrária, desta feita a oitava.

Considerada a maior e mais importante realização da agricultura portuguesa, jornada sem qualquer paralelo neste domínio, na qual é elaborado um estudo sério e profundo sobre todas as matérias ligadas de algum modo à agricultura da região em que se insere, a Reforma Agrária afirmou-se já como uma causa patriótica, indispensável e insubstituível para a saída da crise.

Durante dois dias de trabalho 2167 delegados em representação das 355 UCP's/Cooperativas existentes analisaram questões como a defesa da Reforma Agrária, do pão e do trabalho; o aumento da produção e a modernização da agricultura; os aspectos de organização, as UCP's/Cooperativas e uma nova política agrícola.

No domingo, após o encerramento dos trabalhos, no vasto terreiro do Rossio de S. Brás, sob um calor torrido, realizou-se um comício no qual interveio o Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, na sua quali-

dade de convidado, comício este que constituiu uma prova de força e vitalidade da Reforma Agrária e do seu enraizamento no coração dos trabalhadores de todo o País e das populações do Alentejo e Ribatejo.

O desfile que percorreu as ruas de Évora, no qual se incorporaram muitos milhares de pessoas, constituiu igualmente uma magnífica jornada de solidariedade para com esta histórica conquista do proletariado rural do Sul; o carinho que ela desperta nos mais diversos sectores é uma inequívoca demonstração da vontade de prosseguir a luta pela demissão do Governo PS/PSD.

Dois belos espectáculos, um no domingo a anteceder o comício e o outro na véspera, no teatro Garcia de Resende, que contaram com a presença de vários artistas, proporcionaram também um bom momento cultural e agradáveis períodos de convívio e alegria.

O que aqui deixamos constitui uma pálida ideia de tudo quanto por lá passou: dificilmente se consegue obter a exacta dimensão da grandiosidade da 8.ª Conferência da Reforma Agrária — o mesmo é dizer, da grandiosidade da própria Reforma Agrária, neste ano de 1984.



Em cima a mesa que presalhos; e da cidade de Évora no qoraram Governo liderado por Soato

A Reforma Agrária existe, resiste e vencerá

Mas que gente é esta? Como é possível continuar solidamente de pé depois de tantos anos de uma violenta e ininterrupta ofensiva de sucessivos governos de direita, de roubos sem conta, de ilegalidades e desmandos de toda a ordem? Que princípios e orientações norteiam a acção do proletariado agrícola do Sul que lhes permite obter nas suas UCP's/Cooperativas tão elevados níveis de organização e de produção? Onde vão eles buscar uma tão grande e inalterável confiança no futuro, uma tão firme determinação em defender e prosseguir o caminho de desenvolvimento encajado depois do 25 de Abril? Onde mergulham as raízes de tamanha capacidade, engenho e vontade?

Eventualmente defrontado com tais interrogações qualquer observador que tivesse

tido a oportunidade de assistir no último fim-de-semana à 8.ª Conferência da Reforma Agrária não só encontraria as desejadas respostas como certamente chegaria a uma necessária conclusão: a Reforma Agrária e as transformações que ela própria introduziu nos domínios económico, político e social modificaram radical e definitivamente a vida nos campos do Alentejo e Ribatejo; a miséria secular, a fome e a exploração desenfreada deram lugar a uma vida melhor, ao progresso e ao bem-estar, à criatividade e à participação populares.

Obviamente que isto, por si só, seria suficiente para explicar por que é que apesar das arbitrariedades, pilhagens e destruições se torna contudo impossível admitir o regresso à situação reinante no tempo dos agrários e do regime fascista.

Esta foi aliás uma realidade que os trabalhos da Conferên-

cia se encarregaram de demonstrar. Durante dois dias, num ambiente de unidade e confiança, ao longo de um animado debate que registou mais de 70 intervenções, foi possível sentir a disposição que continua a animar os homens, mulheres e jovens da Reforma Agrária na luta pela sua defesa, pela liquidação do latifúndio, pela entrega da terra a quem a trabalha.

Revelando um conhecimento directo e profundo das questões em debate, os oradores provaram da tribuna da Conferência, perante os mais de dois mil delegados e 700 convidados presentes, que não existe alternativa nos campos do Sul à forma de exploração agrícola levada a cabo pelas UCP's/Cooperativas, que a Reforma Agrária é indispensável à economia e à democracia portuguesa, tem um papel insubstituível para a saída da crise e

que sem a liquidação do latifúndio e a entrega das terras aos trabalhadores agrícolas e aos pequenos agricultores não é possível desenvolver a agricultura e promover o bem-estar social das populações.

Quem assistiu aos trabalhos pôde verificar que a importância da Reforma Agrária advém-lhe não apenas daquilo que já alcançou no plano da organização, da produção, das regalias de ordem social, do apoio aos agricultores e do contributo que deu à democratização do País, mas também das potencialidades enormes que em si mesmo encerra em todos os domínios, já amplamente demonstradas, particularmente na sua capacidade de mobilizar milhares de trabalhadores para as tarefas da produção e de reconstrução do País.

Outro aspecto que a Conferência comprovou é o de que as UCP's/Cooperativas são, na

verdade, o tipo de organização e empresa agrícola mais adequado às condições sociais, económicas e políticas da região em que se insere.

Em contraste com as realidades reveladas durante a Conferência, a política do Governo e designadamente a agrícola mostrou não ter potencialidades; conduz à quebra de produção, à desorganização da agricultura, ao acréscimo das importações e do custo de vida.

Como os delegados fizeram questão de sublinhar em numerosas intervenções, esta política inteiramente enfeudada aos interesses dos monopólios da CEE, está também a provocar o desastre na agricultura, o desemprego sazonal como no tempo do fascismo — no que é visto como um grande perigo para a democracia e as liberdades.

De acordo com estas duas questões, que mereceram a

atenção de muitas das intervenções proferidas, a Conferência apontou a existência de uma política agrícola alternativa que só será possível se tiver em conta os trabalhadores e os agricultores, a sua capacidade e a sua disposição de trabalhar e fazer sacrifícios desde que sejam para ajudar a pôr o País de pé no sentido das transformações de Abril.

Conforme ficou claramente demonstrado no decorrer da Conferência, esta alternativa só é possível com a expropriação do latifúndio, passo este sem o qual não é possível desenvolver a agricultura nem consolidar a democracia. No entender dos trabalhadores torna-se absolutamente necessário respeitar as UCP's/Cooperativas, pôr fim à ofensiva e respeitar igualmente as explorações dos pequenos e médios agricultores e rendeiros.

Ora, como é sabido, este projecto político alternativo

aprovado na 8.ª Conferência é oposto à prática política do Governo liderado por Mário Soares. Daí que uma das conclusões principais da Conferência relativamente às tarefas do momento tenha sido a de que todas as pequenas e grandes lutas convirjam para um objectivo fundamental: a demissão do Governo PS/PSD.

Nesse sentido, a Conferência apontou o caminho da produção e trabalho, da resistência e da luta nas quais se inserem as quatro grandes jornadas aprovadas unanimemente pelos delegados: uma acção nacional de solidariedade com a Reforma Agrária; uma campanha de informação e esclarecimento em toda a zona da Reforma Agrária; um seminário sobre questões agrárias com a presença de especialistas nacionais e estrangeiros; e uma concentração frente à Assembleia da República caso prossiga a ofensiva.



Da tribuna da 8.ª Conferência foram denunciados os crimes contra a Reforma Agrária e os constantes atropelos à lei cometidos pelo Governo PS/PSD; a merecer registo o elevado número de jovens e de mulheres que participaram nos trabalhos

Criminosa ofensiva

Considerado como um trabalho sério e rigoroso, o balanço apresentado aos delegados à 8.ª Conferência resultou de uma intensa actividade preparatória no decorrer da qual se efectuaram mais de 200 reuniões em que participaram mais de oito mil trabalhadores e se realizaram 272 inquéritos a outras tantas UCP's/Cooperativas representando 76,2 por cento do seu total e abrangendo

do 81,6 por cento da área actualmente na posse dos trabalhadores.

Nesse balanço, autêntico libelo acusatório da política agrícola da coligação PS/PSD, os números dão-nos conta em toda a sua extensão das ilegalidades e da brutalidade das acções de sucessivos governos de direita:

- 657 300 hectares das melhores terras foram roubadas à

Reforma Agrária, dos quais mais de 83 por cento entregues de novo aos agrários e 9 por cento a indivíduos que nada têm a ver com a agricultura; só em 1983, a área roubada atingiu os 26 mil hectares;

- 195 UCP's/Cooperativas destruídas;

- 50 mil postos de trabalho destruídos;

- roubadas 241 600 cabeças de gado que ascendem a um valor de dois milhões e setecentos mil contos; só em 1983 o roubo de gados atingiu 3500 cabeças com um valor da ordem de 55 mil contos;

- roubadas 12 210 máquinas e equipamentos com um valor superior a um milhão e 450 mil contos; no ano transacto o número de máquinas saqueadas totalizou 180 com um valor de 30 mil contos;

- saqueados melhoramentos fundiários, infra-estruturas e equipamentos sociais com um valor superior a dois milhões e 800 mil contos, dos quais se salientam: 30 700 hectares de terras planagens, desmatagens e áreas com enxugo; 202 barragens e charcas; 71 celeiros; 214 instalações pecuárias; 108 habitações; dezenas de outras construções, entre creches, centros de convívio, cantinas, etc.;

- esbulhados mais de sete milhões e 970 mil contos de produtos entregues e não pagos e de culturas em curso e frutos pendentes;

- um valor total dos roubos, em fins de 1983, na ordem dos 18 milhões de contos;

- dois mil trabalhadores espancados e dois assassinados;
- 256 acordos do Supremo Tribunal Administrativo que mandam devolver as terras às UCP's/Cooperativas estão por cumprir por parte do Governo.

Governo para a rua!

A par de uma moção dirigida à Presidência da República e ao Tribunal Constitucional sobre a chamada Lei de Segurança Interna e de uma **Carta ao Povo Português** onde se dá conta da verdadeira situação existente na Reforma Agrária, os delegados à 8.ª Conferência aprovaram no final dos trabalhos um documento onde se consubstanciam as principais conclusões que resultaram do rico debate em que intervieram mais de 70 oradores e em que foi visível a predominância de jovens.

Organizado de acordo com a sequência dos cinco temas que foram introduzidos à discussão durante os dois dias por elementos da Comissão Organizadora, este extenso e importante documento, depois de uma introdução onde se expõem as razões que confirmam as potencialidades da Reforma Agrária e demonstram o desastre da política agrícola do actual Governo e dos seus antecessores, debruça-se sobre a

Murteira num encontro posterior com os jornalistas — e a ofensiva contra os pequenos agricultores e rendeiros, e por outro as medidas e as acções de luta dos trabalhadores contra estes propósitos governamentais.

O segundo tema, introduzido por Arquimínio Mocinho, tratou do aumento da produção e da modernização da agricultura. Depois de constatar a «tendência para um melhor aproveitamento dos recursos no sentido da intensificação agrícola, agro-pecuária e um esforço de investimento sobretudo na base do auto-financiamento, o documento aponta algumas direcções no plano dos cereais praganosos, do regadio, do aproveitamento da água disponível, do sistema de distribuição dos alimentos, do melhoramento da qualidade dos efectivos e ainda a reivindicação de algumas medidas que urge promover para o desenvolvimento da agricultura no Sul.

«Reforçar a organização para defender as UCP's/Cooperativas» constituiu o terceiro tema que as conclusões privilegiavam cuja introdução durante as sessões estivera a cargo de Lino de Carvalho. Merecem a atenção deste tema questões como os quadros, a gestão, funcionamento e organização

interna das UCP's/Cooperativas, vida colectiva, disciplina interna, sistema de remunerações, contabilidade e defesa dos bens e quadros técnicos.

Os problemas dos agricultores e a necessidade de uma nova política para a agricultura estiveram igualmente no centro do debate da Conferência tendo a apresentação do tema cabido a Álvaro Brasileiro.

O quinto e último tema — «Trabalhadores organizados e em luta pelo trabalho, contra a fome e a exploração» — foi introduzido por Mário Silva e no documento de conclusões são tratadas questões como a luta contra o desemprego e pela contratação colectiva, a organização sindical e o controlo financeiro, a unidade dos trabalhadores, a informação e propaganda, a luta pelo direito à segurança social e as questões relacionadas com as mulheres e os jovens.

Carta ao Povo Português

Na carta dirigida ao povo português, que os delegados aprovaram por unanimidade, responsabiliza-se o Governo PS/PSD e os anteriores governos de direita pela situação da agricultura portuguesa — «a mais atrasada da Europa» — e pela «fome e miséria que ron-

dam a casa de muitas famílias».

Este panorama, segundo afirma a carta, é o resultado do desrespeito do Governo pela legalidade democrática, pela ausência de ajuda em meios técnicos e financeiros, pelo congelamento de projectos como o do Alqueva que permitiriam dar um grande impulso ao desenvolvimento agrícola.

Depois de demonstrar com inúmeros factos que a Reforma Agrária contém grandes potencialidades e é um contributo indispensável para a saída da crise, a carta exorta à luta por uma alternativa democrática, à luta pela demissão imediata do Governo PS/PSD — «governo dos americanos, do FMI, da NATO, da CEE, das multinacionais, da restauração do poder dos monopólios e dos agrários».

Só com um governo democrático que respeite e apoie as UCP's/Cooperativas e os agricultores e rendeiros, reponha a legalidade democrática, acabe com as terras e outros recursos abandonados e subaproveitados, exproprie o latifúndio e entregue a terra a quem a trabalha — afirma ainda a 8.ª Conferência — será possível arrancar o País da crise, garantir as liberdades e repor os caminhos de Abril.



Potencialidade indispensável

Uma tónica comum foram possível observar ao longo das necessárias intervenções do delegados que durante doze Outros dias preencheram as sessões de trabalho da 8.ª Conferência. «Estes nem mesmo o cerco e as tentativas de asfixia, as hostilidades constantes dos governos, as dificuldades de toda a ordem, desde as impostas pela ofensiva durante os oito anos de política de direito de foram capazes de impedir o regresso e de a Reforma Agrária continuar a resistir, a produzir e a plantar».

Apesar de todos os ataques que demonstrando uma potencialidade enorme, a Reforma Agrária não se abrange hoje nos campos do Alentejo e Ribatejo 355 UCP's e 2 milhões e 700 mil hectares de terras que os trabalhadores das UCP's/Cooperativas que ocupam uma área de 473 000 hectares, das quais trabalham 2 milhões e 700 mil trabalhadores. Ora tal só foi possível graças à enorme capacidade do trabalho rural em defender a realização histórica, sabrosa e a encontrar no campo da produção e da luta social as formas e as condições mais adequadas às condições existentes na região, e, por outro, graças à determinação que os trabalhadores das UCP's/Cooperativas têm de defender a sua posição que é a de uma posição que, como disse o senhor António Murteira na abertura de encerramento dos trabalhos, «não é momentânea, antes vem de longo tempo do fascismo por cinco tostões de jornada».

Muitos exemplos desta terminação e coragem foram possíveis ouvir em intervenções elaboradas na base das experiências concretas, fundadas com números e factos, algumas de improviso e algumas em tom acalorado.

Foi o caso, por exemplo, do delegado da UCP «Juventude da Boa Fé» que contou a situação dos seus camaradas que em Maio e Junho estiveram sem receber o salário mas que, mesmo e pe-

11 pontos reivindicativos

A 8.ª Conferência aponta a todos os trabalhadores o prosseguimento na luta por 11 pontos reivindicativos fundamentais e imediatos:

- 1 — votar contra a aprovação da nova lei de destruição da Reforma Agrária, ou se for aprovada resistir e lutar contra a sua aplicação e pela sua revogação;
- 2 — respeito pelas UCP's/Cooperativas, fim de todos os ataques (reservas, majorações, penhoras, roubos de cortiça e de outros bens);
- 3 — reposição da legalidade democrática, com o cumprimento dos acordos do Supremo Tribunal Administrativo e devolução às UCP's/Cooperativas das terras, gados, máquinas, barragens e outros bens ilegalmente roubados;
- 4 — anulação de todos os concursos públicos de terras;
- 5 — acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas crédito e preços justos;
- 6 — luta firme contra o desemprego e a miséria, pelo pão e pelo trabalho. As 500 herdades e dezenas

- de barragens abandonadas e subaproveitadas, devem passar para as mãos dos trabalhadores e agricultores que as porão a produzir pão e carne;
- 7 — revogação da legislação publicada ou a publicar contra a Reforma Agrária e os pequenos e médios agricultores e rendeiros, designadamente da lei do roubo da cortiça;
- 8 — participação das organizações da Reforma Agrária e dos agricultores na definição e execução de uma nova política agrícola democrática;
- 9 — entrega das terras nacionalizadas e expropriadas ainda na posse dos agrários, designadamente nos distritos de Santarém e Setúbal, aos trabalhadores e aos pequenos agricultores, rendeiros e seareiros;
- 10 — concretização do Plano de Rega do Alentejo e do empreendimento do ALQUEVA;
- 11 — expropriação do latifúndio (de acordo com a Constituição) e entrega da terra (e meios de produção) a quem a trabalha.

(Do Documento das conclusões)



que precisabamos; em baixo um momento do desfile que percorreu as ruas para no decorrer milhares de manifestantes que exigiram a demissão do por Souto



Realidades insuportáveis

um foi pospor pedir dinheiro a outra
ngo das sicooperativa para fazer o
des do regadio.
te doze h. Outro exemplo do esforço
as sessões de investimento foi dado pela
Conferência UCP «Estrela da Manhã», de
co e as terras de Vendas Novas, que apesar do
as hostilidades permanentemente receio de que o
s governo não destruía o seu trabalho
toda a vida, desde há dois anos vem
ofensiva fazendo um enorme esforço no
ofensiva de suprimir o desemprego e viabi-
impedir o prego e de modernizar e viabi-
continuar a fazer novas culturas. Em 1982
e a introdução de 2,5 hectares de mo-
os ataques que produziram 65 to-
potência nelas em 1983 e criaram 45
rma Agrária postos de trabalho para as mu-
campos livres das quais 10 durante
355 UCP todo o ano; o ano passado
te ocuparam mais dois hectares
00 hectares, elevando a área para 4,5 hec-
tares que este ano já deram
am 2030 toneladas de morangos
105 toneladas de morangos
ssível, com um valor de 7300 contos
es salários e criaram mais 25 postos de
um lado, o trabalho.

do prolet. Outra nota a merecer realce
nder a se que de algum modo atesta a
a, sabendo a força e a capacidade e é um
da orginal da enorme vitalidade da
ão e no «Reforma Agrária foi a franque-
nas e onça e a abertura em falar das
quadras dificuldades, apontar erros e in-
tes na compreensão. A alguns dele-
ados, como foi o caso do re-
os animados UCPs/Cooperativas do
e mulheres que este ano já deram
é a vida do distrito de Beja, não passou
o subdespercebido, por exemplo, o
como subdespercebido, por exemplo, o
ra na iniciativa de unidades de produção
que «não fizeram uma correcta
momento de produção» para o trigo, um
longe, «mal que se há-de emendar»,
o por mau do estreme que algumas
na». Cooperativas vendem para o
desta «Algarve» quando o deviam
um foi, por aplicar nas suas terras», ou
intervenção de algum palmo de rega-
das explorações que fique por cultivar: «se é
fundamental ficarem 100 hectares de
s e factores de produção por cultivar nas mãos
e factores agrários — frou — é ain-
do e profeta da maior crime ficar um hecta-
do, que nas mãos da Reforma
«Juventude Agrária».

entou a s. Pois bem: foi este tremendo
maradas de esforço e esta vontade férrea
que permitiram caminhar no
nio e Jun. Sentido da intensificação agri-
ber o ord e a pecuária, alargando a

área de regadio (mais de 30 mil hectares) construindo mais de 1.300 barragens e charcas, introduzindo novas culturas (tabaco, espargo, beringela, etc) implantando valiosas infra-estruturas; recuperando solos que os agrários tinham a de-gradar-se e abandonados; aumentar e melhorar os efectivos pecuários (construídas cerca de mil instalações para gados); aumentar e modernizar o parque de máquinas; introduzir pela primeira vez princípios de planificação na agricultura a nível de uma grande região.

Ao mesmo tempo, no campo social, a Reforma Agrária criou dezenas de milhares de postos de trabalho, aumentou os salários, permitiu a conquista de importantes regalias sociais, abriu creches, centros de convívio e lares para a terceira idade, promoveu cursos de alfabetização e de formação profissional, incentivou a criação de grupos desportivos e culturais.

Não se ficou todavia por aqui a acção inovadora e altamente positiva dos obreiros da Reforma Agrária. Também os pequenos e médios agricultores sentiram os efeitos das transformações registadas e puderam contar com acções de solidariedade, desde a cedência de factores de produção ao trabalho de máquinas, e ao acesso a cooperativas e uniões de comercialização, oficinas mecânicas e lagares criados pela Reforma Agrária.

E as populações? Como alguém disse no decorrer dos trabalhos essas contam-se nas primeiras filas dos que entendem, desejam e defendem a Reforma Agrária. Os benefícios de que usufruem falam por si: existência de parcelas de terra para as suas «hortas particulares», abertura de cooperativas de consumo, «lojas de venda-gem», mercados da reforma agrária e ainda dinamização da indústria e comércio em toda a região.

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

«A 8.ª Conferência ficará assinalada como um marco histórico da reforma agrária e do Portugal de Abril»

Camaradas:

Creio interpretar um sentir geral ao dizer que, para todos aqueles que tivemos a felicidade de assistir aos trabalhos da 8.ª Conferência da Reforma Agrária, resulta uma conclusão fundamental: a conclusão de que a reforma agrária continua e continuará a resistir, a lutar, a trabalhar, a produzir até à vitória final.

Quando os trabalhadores dizem «avante, avante, pela reforma agrária!», não é apenas uma frase que pronunciam, mas uma afirmação da sua determinação de luta e da sua profunda e justificada confiança em que a ofensiva contra a reforma agrária será contida e derrotada e a reforma agrária vencerá!

A reacção — com os seus ministros, com os seus funcionários, com os seus técnicos, com os seus propagandistas — nega os factos mais evidentes. Oculta o que era e é a realidade da agricultura dos latifúndios. Adultera completamente a informação sobre a situação nas UCPs/Cooperativas. Mente acerca da atitude das populações para com a reforma agrária. Falsifica tanto o carácter ilegal e criminoso da ofensiva desencadeada por sucessivos governos, como os resultados positivos alcançados pelas UCPs/Cooperativas.

E assim, por um lado pela influência da propaganda reaccionária, por outro lado pelas suas dúvidas próprias, há muitos portugueses e portuguesas noutras regiões que estão mal informados e colocam por isso numerosas questões.

A 8.ª Conferência — pelos estudos feitos, pelos magníficos documentos aprovados, pelas suas fundamentadas conclusões, pelas intervenções da Comissão Organizadora e de dezenas de delegados das UCPs/Cooperativas, de pequenos agricultores, de técnicos, de dirigentes do movimento sindical unitário organizado em torno da única verdadeira central sindical dos trabalhadores portugueses — a grande e gloriosa CGTP-IN — a 8.ª Conferência deu conclusões e indelmentáveis respostas às principais dessas questões e de tal forma que a 8.ª Conferência ficará assinalada como um marco histórico da reforma agrária e de Portugal de Abril.

1 A reforma agrária uma necessidade objectiva

A primeira questão é a de saber se a reforma agrária constitui (como diz a reacção e pensam alguns) um processo revolucionário que não teve em conta as realidades, ou se corresponde e corresponde a uma necessidade objectiva do desenvolvimento agrícola e da solução dos graves problemas sociais resultantes da agricultura do latifúndio.

Qual a resposta que a 8.ª Conferência deu a esta questão?

A 8.ª Conferência confirmou que a reforma agrária corresponde inteiramente a uma imperiosa necessidade económica e social resultante da existência dos latifúndios e da elevadíssima concentração da propriedade da terra nas mãos de algumas poucas centenas de famílias.

O que caracterizava e caracteriza no fundamental os latifúndios?

Por um lado, a imensa extensão de terra — propriedade de uma só família.

Por outro lado, o atraso agrícola, as culturas extensivas, as fracas produções unitárias, as terras abandonadas ou subaproveitadas, a inexistência de investimentos, o desemprego para os trabalhadores durante meses e meses cada ano.

Uma tal situação é reconhecida há muito como um estágio primitivo da agricultura, como uma forma de exploração e um regime de propriedade que condenam o povo ao desemprego e à miséria e constituem um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura e da economia nacional e ao progresso da sociedade.

A necessidade e mesmo a inevitabilidade da reforma agrária com a liquidação do latifúndio é de há muito geralmente reconhecida.

Os latifúndios e a concentração da propriedade da terra nas mãos dos latifundiários são tais monstruosidades económicas e sociais que sucessivos governos, não só procuram ocultar, como negam a pés juntos, que a ofensiva contra a reforma agrária esteja a restaurar os latifúndios.

A ideia da necessidade e da inevitabilidade da reforma agrária é tão clara e evidente que até aqueles mesmos que desenvolvem as ofensivas mais brutais e fazem leis que visam a liquidação da reforma agrária falam em nome desta.

E entretanto a ofensiva institucional, ilegal e subversiva contra a reforma agrária tem como objectivo fundamental a restauração dos latifúndios e não tem feito outra coisa nos últimos 9 anos senão restaurar os latifúndios, com os dois grandes males que os caracterizam: o abandono das terras e o desemprego dos trabalhadores.

A reforma agrária corresponde inteiramente a uma necessidade objectiva de natureza económica e social. Corresponde inteiramente a necessidade do desenvolvimento da agricultura e da economia em geral. Corresponde inteiramente aos interesses



de Portugal e do povo português. É hoje essencial para a saída da crise.

A reforma agrária é do interesse não apenas dos trabalhadores agrícolas alentejanos e ribatejanos, mas de todo o povo português. É uma causa nacional e patriótica.

É essa a primeira razão (e razão bastante) para afirmar que, por muito duros que sejam os anos que temos vivido e por muito duros que sejam ainda as provas que temos de viver, a reforma agrária vencerá e acabará por ser inteiramente realizada.

2 As UCPs/Cooperativas solução apropriada e eficaz

Entretanto uma segunda questão se coloca.

A questão de saber se, sim ou não, as UCPs/Cooperativas constituíram e constituem uma solução correcta, apropriada e eficiente das explorações agrícolas nas terras dos latifúndios expropriados.

Qual foi a resposta que a 8.ª Conferência deu a esta questão?

A 8.ª Conferência da Reforma Agrária confirmou que as UCPs/Cooperativas são uma forma de organização, direcção, gestão e produção que corresponde inteiramente às necessidades e exigências da actividade agrícola nas condições concretas resultantes da expropriação das terras dos latifúndios.

No Alentejo e Ribatejo a reforma agrária tinha e tem necessariamente de ser uma reforma agrária determinada e conduzida fundamentalmente pelo proletariado rural, uma vez que, na zona do latifúndio, em cada 100 pessoas activas na agricultura 85 ou mais eram e são assalariados agrícolas.

Os pequenos agricultores estão entretanto também interessados na liquidação completa dos latifúndios, na expropriação das suas terras, na realização completa e definitiva da reforma agrária.

Porque muitos se integraram também nas UCPs/Cooperativas. Porque têm recebido sério apoio (designadamente de máquinas) das UCPs/Cooperativas. E porque o prosseguimento da reforma agrária permitiria entregar mais terra aos pequenos agricultores, não naturalmente as terras das UCPs/Cooperativas, mas a terra dos latifúndios a expropriar.

De facto é certo que na zona da reforma agrária, há lugar para pequenas e médias explorações agrícolas.

Mas só por desconhecimento completo das condições concretas existentes, se pode defender (como defendem alguns) que a reforma agrária no Alentejo e Ribatejo poderia consistir na partilha das terras para a constituição de explorações agrícolas familiares.

Podemos ter como certo que aqueles que dizem estar com a reforma agrária, mas que dizem também ser necessário substituir as UCPs/Cooperativas, a que chamam formas «colectivistas», por outras formas de organização e exploração agrícola, esses o que pretendem não é a reforma agrária, mas a sua destruição, para, ao fim e ao cabo, entregar todas as terras aos agrários.

As UCPs/Cooperativas, respondem às exigências de organização, de direcção, de gestão e de produção que resultam dos seguintes factores fundamentais:

- O 1.º — a grande extensão de terra com predominio de cultura cerealífera, mas com diversidade de aptidões;
- O 2.º — a utilização permanente de abundante mão-de-obra assalariada disponível;
- O 3.º — as formas de remuneração do trabalho em que o salário complementado por benefícios sociais e eventual participação directa no produto social, condizem com a mentalidade geral dos trabalhadores e as possibilidades das explorações agrícolas;
- O 4.º — o empenhamento forçado e a elevada consciência política e cívica do proletariado rural alentejano e ribatejano;
- e ainda
- O 5.º — o autofinanciamento — apenas possível com o empenhamento e a elevada consciência que os trabalhadores têm, não apenas dos interesses individuais, mas da importância e valor social das UCPs/Cooperativas respectiva e da reforma agrária para o povo e para a pátria.

Precisamente porque correspondem às condições concretas muito particulares e específicas da zona da reforma agrária, as UCPs/Cooperativas não são a cópia de qualquer outra forma de organização conhecida em qualquer outro país.

Não. As UCPs/Cooperativas são uma forma nova, original, especificamente portuguesa, de organização da exploração agrícola nas terras dos latifúndios expropriados.

Esta forma de organização não foi imposta nem proposta por ninguém.

Ela surgiu e tomou forma no próprio processo revolucionário, como resultado, por um lado, de necessidades objectivas e, por outro lado, do espírito criativo dos próprios trabalhadores.

Por isso, se generalizaram as UCPs/Cooperativas em toda a reforma agrária.

Por isso também os trabalhadores se sentem tão ligados a elas.

Por isso as amam como filhas suas e se têm mostrado prontos e dispostos a não poupar esforços e sacrifícios na sua defesa, a lutar por elas e a garantir, não só a sua sobrevivência, como a sua vitória.

3 Uma obra grandiosa que ficará para sempre na História

Uma coisa porém, é criar numa forma de organização da exploração agrícola. Outra coisa são as provas que essa forma de organização dá na prática.

E coloca-se assim uma terceira questão.

Sim ou não os trabalhadores se mostram capazes de dirigir, de administrar e de aumentar a produção agrícola e pecuária e de assegurar o progresso agrícola.

Qual foi a resposta que a 8.ª Conferência deu a esta questão?

A 8.ª Conferência, tal como as conferências nos anos anteriores, demonstrou de forma irrefutável que as UCPs/Cooperativas e os trabalhadores que as dirigem e nelas trabalham, apesar das terríveis dificuldades resultantes da ofensiva contra-revolucionária e da falta de apoio e de preparação técnica, foram inteiramente capazes, não apenas de assegurar o aumento da produção, mas de assegurar o progresso técnico e tecnológico e de resolver graves problemas sociais.

A transferência das terras da propriedade dos latifundiários para a posse útil dos trabalhadores e a passagem da direcção da agricultura do antigo controlo explorador e parasitário dos latifundiários para o empenhamento dos trabalhadores removeram obstáculos basilares à expansão da produção, ao aumento da produtividade, ao desenvolvimento agrícola e pecuário.

Os trabalhadores mostraram ser inteiramente capazes de orientar, de impulsionar, de dinamizar, de melhorar e de fazer progredir a produção agrícola e pecuária.

A reforma agrária não foi um desastre para a agricultura como afirmam mentirosamente os reaccionários, antes pelo contrário constituiu e constitui uma obra verdadeiramente extraordinária, uma notável realização no domínio agrícola, económico e social.

Como uma vez mais lembrou a 8.ª Conferência as UCPs/Cooperativas desbravaram centenas de milhares de hectares de terra que antes estavam abandonadas e incultas.

Construíram barragens, alargaram a área de regadio, aumentaram a área forrageira e o efectivo pecuário, impulsionaram as cultu-



PCP

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

ras do milho, do tomate e do arroz, desenvolveram novas culturas, introduziram a cultura em estufas, recuperaram solos e racionalizaram e ordenaram a sua utilização, aumentaram e modernizaram o parque de máquinas, introduziram princípios de planificação, e, dando o exemplo único na economia portuguesa actual, realizaram investimentos que atingiram um total até hoje de 10 milhões de contos (a preços actuais).

No plano social, como lembrou também a 8.ª Conferência, a reforma agrária criou dezenas de milhar de postos de trabalho, aumentou salários, instituiu férias pagas e subsídios de férias e de Natal, criou creches, criou lares para a 3.ª idade, criou centros de convívio, cultura e desporto, melhorou a formação e preparação profissional e cultural de muitas e muitas centenas de trabalhadores.

A reforma agrária teve ainda um papel determinante no progresso regional, pelo que contou e conta com o apoio da maioria da população.

E, por isso, na zona da reforma agrária, **todas as eleições, tanto para as autarquias como para a Assembleia da República, são ganhas, não pelos inimigos da reforma agrária, mas pelos partidos que, desde a primeira hora e ano após ano, se mantêm firmemente com os trabalhadores e com a reforma agrária.**

As magníficas realizações das autarquias são também inseparáveis da realização, dos êxitos e dos efeitos sociais da reforma agrária.

A reforma agrária constitui uma **extraordinária epopeia dos trabalhadores agrícolas alentejanos e ribatejanos, uma extraordinária realização da revolução portuguesa.**

As UCPs/Cooperativas constituem uma tão exaltante realização dos trabalhadores e da revolução de Abril, que passarão séculos e séculos e, de pais para filhos, ainda se contará que, no último quartel do século XX, no desenvolvimento da revolução dos cravos, os trabalhadores alentejanos e ribatejanos tomaram posse das terras dos latifúndios, tomaram a agricultura nas suas mãos e levaram a cabo uma profunda e grandiosa transformação da agricultura, da produção, das suas condições de vida materiais e culturais.

A todos os títulos, a **reforma agrária é uma obra grandiosa, que saiu do trabalho, do esforço, da inteligência e do entusiasmo dos trabalhadores.**

A reforma agrária é uma obra que ficará para sempre na história do nosso povo, como uma gloriosa experiência, como uma valiosíssima contribuição para a construção de uma nova agricultura, de uma nova economia portuguesa, de uma nova vida, de uma sociedade mais bela e mais justa.

4
A reforma agrária
está viva e de pé

Uma coisa é porém reconhecer a grande obra realizada. Outra é examinar a situação em que se encontra depois de 9 anos de constantes, brutais, violentas e criminosas ofensivas desencadeadas por sucessivos governos.

Tendo como objectivo destruir «a mais bela conquista da revolução» e restaurar os latifúndios, violando a Constituição, desrespeitando a legalidade, recusando-se a cumprir os 255 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis às cooperativas da refor-



ma agrária, fabricando os pretextos mais refinados para as extorsões, utilizando a brutalidade sem limites das forças repressivas, que assassinaram Casquinha e Caravela e que espantaram e balearam 2000 trabalhadores, — sucessivos governos, desde o governo PS sózinho tendo como primeiro-ministro Mário Soares até ao Governo PS/PSD tendo como Primeiro-Ministro o mesmo Mário Soares, assestaram duros golpes na reforma agrária, verdadeiros crimes contra a agricultura e a economia portuguesa, contra o povo, contra o regime democrático, contra Portugal de Abril.

A 8.ª Conferência fez um esclarecedor balanço desses golpes criminosos: 657 300 hectares de terras e mais de 200 000 cabeças de gado roubados à reforma agrária e entregues de novo aos agrários; 195 UCPs/Cooperativas destruídas; 50 000 postos de trabalho liquidados; roubos de melhoramentos fundiários, de equipamentos, de máquinas e alfaías, de produtos, de colheitas, de frutos pendentes, num valor total de 18 milhões de contos.

Trata-se de golpes que atingiram gravemente a reforma agrária. E surge assim uma **quarta questão.**

Depois de tão violentas ofensivas e de tão profundos golpes, qual a situação em que nos encontramos?

A reforma agrária está agonizante (como às vezes se ouve dizer noutros países) ou está viva e de pé?

A 8.ª Conferência constitui, só por si e pela grandiosa participação, pelo exame dos problemas, pelos documentos aprovados, pelas magníficas intervenções dos delegados, uma incontestável resposta a esta questão.

Apesar de duramente atingida, apesar das profundas feridas sofridas, apesar das pesadas perdas, apesar destes roubos e crimes monstruosos — **a reforma agrária está viva e bem viva na realidade económica e social e na consciência e na vontade dos trabalhadores e das populações. A reforma agrária está de pé e bem de pé, firme como um chaparô de profundas raízes na terra, resistindo a todos os vendavais e pronta a defrontar o futuro com confiança e optimismo.**

As brutais e criminosas ofensivas, os trabalhadores — homens, mulheres e jovens — responderam com a resistência, com a luta sem tréguas, luta corajosa e heróica, defendendo palmo a palmo as suas terras e os seus bens, nunca esmorecendo nem desanimando nas horas mais sombrias, lutando, trabalhando, pagando com suor, sangue e lágrimas a vitoriosa resistência.

E assim, na 8.ª Conferência confirmou-se que se mantêm em actividade 355 UCPs/Cooperativas com quase meio milhão de hectares de terra — verdadeiras fortalezas da reforma agrária, do regime democrático, do Portugal de Abril.

A 8.ª Conferência confirmou que as UCPs/Cooperativas não continuam apenas a resistir, a sobreviver, mas, defrontando as ofensivas reacçãoárias, continuam a realizar uma obra notável no domínio da produção e da produtividade.

O trabalho continua. A produção continua. Numerosos delegados que tomaram parte na Conferência falaram dos planos de desenvolvimento agrícola e pecuário nas respectivas UCPs/Cooperativas.

Isto é: **viva e de pé, a reforma agrária continua a olhar em frente, com plena confiança no futuro.**

5
A reforma agrária vencerá

E estas palavras respondem já a uma quinta e última questão.

Dado que continua no poder um governo reacçãoário que tudo tem feito e tudo fará para liquidar a reforma agrária, **qual será o futuro?**

O Governo PS/PSD e o seu Primeiro-Ministro Mário Soares odeiam a reforma agrária, como odeiam as nacionalizações, como odeiam os direitos dos trabalhadores.

O Governo Soares/Mota Pinto significa desemprego, salários em atraso, constantes e incontroláveis aumentos de preços, destruição e desastre da economia (que vai continuar com o novo chamado «Plano de Recuperação Económica», com a teimosia em entrar no Mercado Comum, com o agravamento do endividamento externo).

O Governo Soares/Mota Pinto significa transformação de Portugal num trampolim militar para as acções agressivas do imperialismo norte-americano. Significa agora também o ataque às liberdades democráticas e ao próprio regime democrático, com as novas pides, os chamados serviços de informação, com a ficha do cidadão, com a lei de segurança interna, — lei fascista que, a ser aprovada e posta em vigor, seria um perigosíssimo passo para a formação de um Estado totalitário e a liquidação da democracia portuguesa.

Assim, reconhecendo-se que o Governo Soares/Mota Pinto é de facto um perigo real para o regime democrático, designadamente para a reforma agrária, **qual poderá ser o futuro?**

A 8.ª Conferência deu também resposta a esta questão.

O futuro não será a vitória mas a derrota do Governo Soares/Mota Pinto.

O futuro não será a derrota mas a vitória da reforma agrária.

A 8.ª Conferência indicou, com rigor e confiança, **quatro grandes linhas de orientação** que, pela sua importância, me permito aqui repetir:

A 1.ª — continuar a luta e a resistência às ofensivas contra-revolucionárias;

A 2.ª — continuar corajosamente o trabalho para o aumento da produção e da produtividade;

A 3.ª — reclamar o fim de todos os ataques à reforma agrária, a reposição da legalidade, a restituição às UCPs/Cooperativas das terras, gados, máquinas e outros bens que lhes foram roubados, a anulação dos concursos públicos de terras, o acerto de contas entre o Estado e as UCPs, a revogação da legislação contra a reforma agrária, como a «lei da cortiça», e impedir a aprovação de uma nova lei (que Mário Soares anunciou) para liquidar a reforma agrária.

A 4.ª — (e este é um objectivo fundamental para a defesa da reforma agrária) **lutar pela demissão do Governo PS/PSD** e pela formação de um governo que respeite a Constituição e a legalidade democrática e tome as medidas necessárias para que cessem os ataques à reforma agrária e para que a reforma agrária possa trabalhar e produzir em paz, tranquila e segura.

O Governo, monopolizando e manipulando a televisão e outros meios de comunicação social, procura criar a ideia de que tem muita força e de que está ali para governar pelo menos até 1987.

Essa não é porém a situação real.

É inteiramente possível conseguir a demissão do Governo num prazo de tempo relativamente curto.

O Governo está cada dia mais fraco, mais isolado, mais roído por contradições internas da coligação PS/PSD.

O seu isolamento é tal que é de esperar que multiplique as calúnias e as provocações contra as forças realmente democráticas; que continue, não a destruição do terrorismo que recentemente anunciou, mas a deixar mãos livres ao terrorismo que (de facto) só serve a reacção; que continue a relançar, como já está a fazer, não só os divisionistas da UGT, mas os grupelhos balaçados de «extrema esquerda» para que se intensifique a campanha contra os partidos mais consequentes e para introduzir elementos de divisão entre os trabalhadores, entre os democratas e patriotas.

O Governo está cada vez mais isolado.

E, por isso, — como mostra a grandiosa luta do nosso povo — ao mesmo tempo que se reduzem dia-a-dia as bases de apoio do Governo, **é cada vez mais vasta a frente social e política que exige uma alternativa.**

O terreno foge debaixo dos pés do Governo Soares/Mota Pinto. As instituições democráticas portuguesas possuem os recursos bastantes para ultrapassar a crise actual.

A maioria de deputados que o PS e o PSD têm na Assembleia da República não bastará para que o Governo sobreviva à luta do nosso povo. **Tal como o governo «AD», também o Governo Soares/Mota Pinto irá para a rua.**

Os acontecimentos mostram que **se estão criando condições, tanto objectivas como subjectivas, para que a demissão do Governo se venha a verificar bastante mais cedo do que muitos pensam.**

A luta pela demissão do Governo PS/PSD identifica-se com a luta em defesa do regime democrático, em defesa do Portugal de Abril e das suas grandes e históricas conquistas.

Defender o regime democrático é defender a reforma agrária tal como defender a reforma agrária é defender o regime democrático. A reforma agrária é justo motivo de orgulho não só do proletariado rural, seu principal obreiro, mas também de todos os trabalhadores portugueses, da revolução portuguesa, do Portugal de Abril. Os trabalhadores da reforma agrária não estão sós.

Contam com o apoio e a solidariedade de todos os trabalhadores portugueses, como testemunhou a 8.ª Conferência.

Contam também com a solidariedade de outros povos e países, como testemunhou a presença na 8.ª Conferência de numerosos convidados que, vindos de longe, aqui vieram trazer o seu apoio fraternal.

A reforma agrária está de pé e continuará de pé. Está viva e continuará a viver.

A ofensiva de destruição da reforma agrária será contida e anulada.

A resistência continua. O trabalho continua. As terras roubadas serão recuperadas e os latifúndios serão liquidados.

A luta continua até à vitória final, completa e definitiva da reforma agrária, com a entrega da terra a quem a trabalha.

Viva a unidade dos trabalhadores!
Viva a unidade dos democratas e patriotas!
Viva a reforma agrária!

Viva Portugal de Abril — Portugal democrático e independente!

Festa do Sol na praia
de Valadares

Espectáculos, exposições, programação infantil, colóquio sobre questões ecológicas, artesanato, «comes-e-bebes», adega do fado, jogos populares, actividades desportivas, baile popular e feira do livro e do disco — ora isto e algo mais são motivos bastantes para uma visita à Festa do Sol, iniciativa da Comissão Concelhia de Gaia do PCP, que decorrerá no fim-de-semana de 27, 28 e 29 deste mês na praia de Valadares.

No sábado, às 21 e 30, haverá um comício no âmbito da Festa com a participação do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Partido.



Festa da Amizade em Vale Verde

Nos dias 28 e 29 deste mês vai realizar-se em Vale Verde, Santiago do Cacém, a Festa da Amizade, iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP. Além da programação a que nos referiremos mais adiante, a Festa inclui ainda um pavilhão das células dos eleitos e dos trabalhadores comunistas das autarquias, um pavilhão da Juventude Comunista Portuguesa com diversos atractivos (vídeo, bola às latas, vodka com laranja, Cuba livre, pesca à cereja, etc.), a tradicional quermesse, feira do livro e do disco, venda de gelados, exposições, bares, frango assado, pavilhão do chá, café, bolos e doces regionais, etc.

E agora a programação já divulgada em folheto:

Sábado, dia 28 — 9 horas, abertura da festa com foguetes e morteiros; desfile de «gigantones» alusivos ao «casamento» Mário Soares/Mota Pinto; 10 horas, início do torneio de chinquinho; 16 horas, actuação do Teatro Amador de Sines; 17 horas, actuação do grupo de música popular «Cantares» de Setúbal; 18 horas, passagem de filmes sobre desporto; 19 horas, actuação de Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos; 21 horas, baile animado pelo conjunto «Star Band».

Domingo, dia 29 — 10 horas, tiro ao alvo; 17 horas, espectáculo para crianças com os palhaços «Benhá Nháu» e o núcleo de Pioneiros de Ermidas; 19.30, actuação do fadista Fernando Farinha; 20.30, comício com intervenção de Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central; 21 horas, baile animado por Emília Cabrita.



Assembleia em Viseu

A apresentação e debate do relatório, a discussão e votação do programa de acção e a eleição da nova Comissão Concelhia do Partido (16 elementos) foram os pontos mais salientes do trabalho desenvolvido na 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Viseu, do PCP, que decorreu recentemente naquela cidade. Durante a Assembleia foi aprovada uma moção condenando os ataques do PSD e CDS, («com o apoio do PS»), à posse útil, gestão e fruição por parte das comunidades locais dos bens comunitários — os Baldios. Participou na Assembleia o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do Partido.

Assembleia dos comunistas
de S. Tirso, no dia 29

Sob o lema «Reforçar o Partido, prosseguir a luta, continuar Abril», vai realizar-se no próximo dia 29 (um domingo) a Assembleia da Organização Concelhia de S. Tirso do PCP. Neste momento prossegue o debate preparatório nos diversos organismos, registando-se vivo interesse em torno do anteprojecto de resolução política, documento que está a ser enriquecido pelas opiniões individuais e colectivas dos militantes comunistas do concelho. As reuniões preparatórias da Assembleia, que decorrerá na Escola Secundária n.º 2, com início às 10 horas, prosseguem até dia 23, data limite para entrega de propostas de emenda e aditamento ao anteprojecto da resolução.

Figueira da Foz: nova Assembleia
até Dezembro de 1985

Realizar até ao fim do ano nova Assembleia da organização é um dos compromissos do novo organismo que dirige a Comissão Local da Figueira da Foz do PCP, tal como foi decidido na recente Assembleia (a 2.ª) da organização local desta zona urbana do litoral. Durante os trabalhos da 2.ª Assembleia, efectuada recentemente, foi apresentado um relatório em que se dá uma panorâmica da actividade desenvolvida desde 1981 (altura em que foi criado o organismo) e das perspectivas e objectivos de trabalho para o futuro), definindo-se uma dinâmica de reforço do Partido e de realização de iniciativas públicas de carácter política e cultural. Ainda no decurso da Assembleia foi divulgado um levantamento pormenorizado dos problemas das várias zonas da cidade e definidas prioridades de intervenção do Partido em cada uma dessas zonas.

O novo organismo de direcção eleito tem a seguinte composição social: 28% de operários, 42% de empregados, 14% de comerciantes e 14% de intelectuais e quadros técnicos. Do total de membros eleitos, 21% são mulheres. A Assembleia encerrou com uma intervenção do camarada Vasco Paiva, do CC, seguindo-se um animado convívio nas instalações do Centro de Trabalho do Partido.

Reunião da DORS

A Direcção Regional de Setúbal (DORS), do PCP, reuniu no último sábado, no Barreiro, tendo analisado a situação social que se vive presentemente no distrito setubalense. A análise confirma a gravidade dos problemas sociais, resultantes da política de desastre nacional do Governo PS/PSD, e designadamente os mais de 20 mil trabalhadores com salários em atraso e os 30 mil desempregados. A DORS sublinha, a propósito, as muitas situações dramáticas de famílias inteiras sem condições mínimas de subsistência.

Juventude

Reunião da Comissão
Executiva da JCP● A actual situação política
a vida dos jovens portugueses
e a preparação do 2.º Congresso
(15 e 16 de Dezembro)

A Comissão Executiva da Comissão Central da JCP, reunida no passado dia 13, analisou a actual situação política, as graves e acrescidas dificuldades na vida dos jovens portugueses e o trabalho preparatório do seu 2.º Congresso, marcado para Dezembro.

Concluiu da necessidade e urgência de uma profunda alteração na vida política, que origine, na prática, a consumação de uma alternativa democrática e patriótica, que obrigue à queda do Governo PS/PSD que subverte e põe em perigo o regime democrático, as liberdades e os direitos dos cidadãos e cuja política envergonha Portugal.

Como exemplo mais significativo da natureza e objectivos deste Governo, aí está a proposta de lei de segurança interna, com a qual o Governo pretende, entre outros atentados à Constituição da República Portuguesa, devasar a correspondência, autorizar as escutas telefónicas, legalizar as buscas domiciliárias, proibir reuniões e manifestações, suspender espectáculos públicos, legitimar o uso das Forças Armadas em missão de polícia, violando a autonomia e as missões constitucionais que lhes serão cometidas — destaca a nota com as conclusões da reunião.

Enquadrando a proposta de lei de segurança interna, com a dos serviços de informação e a lei sobre informática, facilmente se concluiu que o Governo pretende obter três poderosos instrumentos, para intensificar a ofensiva contra a democracia política e as liberdades dos cidadãos, com o objectivo de impor pela força, violência e repressão, a sua política de miséria e de fome, que a juventude portuguesa decididamente rejeita e condena, referem os jovens comunistas, que acrescentam:

Das consequências mais negativas da política do Governo falam os salários em atraso de milhares de jovens trabalhadores, o aumento do desemprego juvenil, a degradação do ensino, a alta percentagem de «chumbos», as dificuldades de acesso ao ensino superior e a abertura do próximo ano lectivo, que se efectuará em piores condições que no ano anterior, sabendo-se desde já que milhares e milhares de jovens não vão poder continuar os seus estudos, por não existirem vagas nas escolas, já muito superlotadas. Em vez de inverter a marcha e resolver estes e tantos outros problemas da juventude, o Governo cria uma Comissão Interministerial de Juventude, que mais não é que uma medida de fachada,

que em nada altera a situação de real preocupação quanto ao futuro.

Refira-se também, como factor negativo da política do Governo PS/PSD, a suspensão dos programas OTL, medida que veio criar ainda maior frustração no seio de muitos milhares de jovens.

Noutra passagem, sublinha a C. Executiva da CC da Juventude Comunista Portuguesa:

Porque atravessamos um período de férias e porque pe-

que em nada altera a situação de real preocupação quanto ao futuro.

Finalmente, considerou como um passo muito importante, a formação em Portugal do Comité Nacional Preparatório do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes a realizar em Moscovo, no ano de 1985 e decidiu afirmar a sua total disponibilidade em participar nas suas actividades de divulgação e apoio a esta grande manifestação pela Paz e pelos direitos dos jovens de todo o Mundo.



Trabalhadores

CONTRA O QUE DIZ O GOVERNO

Nada do que tem remédio remediado está

● Semana de luta no Sector Empresarial do Estado entre 23 e 28 do corrente

Em Portugal o que se vende mais são medicamentos. A afirmação é estatística e respeita ao primeiro trimestre deste ano. Ninguém duvidará certamente da importância da notícia digna de abrir este repositório semanal de factos com um comentário, pois já se sabe que sinal se pode extrair de semelhante anomalia. Se os talhos vão à falência prosperam as farmácias, ou as multinacionais dos remédios; se o talhante falido anda no psicólogo, ainda mais se complica a rede das desgraças que nunca vêm só. Pois conhecem-se bem até onde podem ir e vão assim por este caminho os nossos salários, o nosso posto de trabalho, a pequena empresa que até parecia sólida e prosperava. Faliu. Mas nada está perdido na perspectiva de quem nos governa e se governa bem. Assim é que as falências e os salários em dívida vão na leva do que «não tem remédio remediado está», diversificando o Governo pela sua parte as tarefas cada vez mais pesadas de não dar remédio a nada. Mas a crise prospera e enquanto prosperar estaremos todos bem enquadrados por um capitalismo que não é de miséria, longe disso, antes fornece a sua dispensa de poderosos medicamentos para matar a fome.

Vem isto a propósito de tudo. É verdade. Nada se passou esta semana que não diga respeito a lutas e remédios. As primeiras são de quem trabalha ou procura trabalhar. Os segundos, extrapolando um pouco, cabem à forte diversificação

relativamente aos vidreiros da Marinha Grande, enquanto não for sabido (ou já se sabe?) o que se pensa da iniciativa do seu colega o ministro das Finanças, principalmente.

O que se sabe sem sombra de dúvida é que os

os remédios de um Governo onde as mazelas são maquiadas na televisão com cuidados maternais.

O que se sabe de fonte segura é o caso de um empresário têxtil de Guimarães, Armando Mendes, que só ele tem à sua conta

teis, através da CGTP-IN, que «as empresas do sector mantêm boas carteiras de encomendas». Pelo menos não faltam sobre isso as regaladas declarações na Imprensa. Mas este melhor dos mundos para as malhas e outras exportações não evita, antes agrava, os salários por pagar nesse mesmo sector tão próspero e privado. De novos salários nem falar: os patrões faltam por sistema às reuniões marcadas para a negociação. Em vez de um contrato colectivo de trabalho esperam uma nova portaria de extensão, certamente igual ou parecida à que retirou, por via administrativa e por empenho dos divisionistas, «mais de 100 direitos adquiridos pelos trabalhadores» e que constavam de convenções anteriormente assinadas para o têxtil e o vestuário.

Os têxteis entre os piores

Entre os piores salários pagos ou não em Portugal ocupam lugar privilegiado os têxteis, onde predomina o pessoal feminino e onde os contratos a prazo fazem lei. Ganhar hoje uns 20 mil escudos por mês é remédio santo para aumentar as vendas dos medicamentos e reduzir ainda mais a possibilidade de fazer das pedras pão, mesmo com o «milagre» japonês e tudo.

Ainda há dias a CGTP-IN chamava a atenção para o facto de cerca de um quarto dos trabalhadores por conta de outrem ganharem, em média, menos de 80 por cento do salário médio nacional, que segundo as tabelas do Governo pouco irá acima do mínimo nacional estabelecido em Janeiro para os trabalhadores da indústria, comércio e serviços: 15 600 escudos ilíquidos exactamente.

São essas tabelas mínimas de que a CGTT-IN reivindicava de novo a actualização. A par da agricultura e das pescas figuram entre as actividades de mais bai-



Contra processos disciplinares e inquéritos de «cariz puramente revanchista e que já atingem mais de meio milhar de trabalhadores» a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal anuncia uma greve por turnos que durará três dias na Siderurgia Nacional

Destques semanais

Hoje: Plenário Nacional de delegados sindicais da CP pode decidir formas de luta em defesa de aumentos salariais / ORTs da MDF convocam conferência de imprensa sobre a situação na empresa, ameaçada com centenas de despedimentos e crescente degradação / Se entretanto não for desconvocada, prossegue até às 22 horas de amanhã a greve anunciada na Siderurgia Nacional, por «períodos de 2 horas diárias e em turnos diferentes». À frente dos motivos de greve está a luta «contra a repressão e pela anulação dos processos disciplinares»

21 e 22 de Julho: distribuição de documentos prevista nas praias da região de Leiria, no âmbito da campanha de esclarecimento e mobilização iniciada pela CGTP-

-IN, em vários pontos do País em 2 do corrente

27 de Julho: Marcada vigília em Évora com início às 17 horas. Culmina acção de esclarecimento e mobilização promovida pela CGTP-IN e iniciada em 4 do corrente

Semana de 12 a 19 de Julho: Greves na TAP (segunda-feira, 16) e na Hotelaria (Centro e Sul, por períodos, entre os dias 13 e 16) registam boa adesão

Defesa dos postos de trabalho, dos salários em atraso e da viabilização de empresas levam os Sindicatos e os trabalhadores a intervir em empresas como a Emacet, Samsung, Facel, Unicervi (greve desconvocada após acordo de empresa) e ainda em sectores de actividade como **Função Pública, transportes, têxteis, médicos e professores.**



Quinta-feira passada em Lisboa: 500 representantes dos trabalhadores de 98 empresas do sector empresarial do Estado reclamam medidas e recusam perspectiva do Governo sobre as nacionalizações

das tarefas do Governo e da sua maior maioria de sempre. Tão diversificadas estão essas tarefas que ninguém pode dizer hoje com alguma segurança que crédito merece uma iniciativa de um ministro como Veiga Simão por exemplo

combustíveis aumentaram mais uma vez; que tudo vai aumentar novamente: que o regresso de férias, para quem as tem e pode utilizá-las, vai ser em muitos casos ainda mais dramático e necessitado de encaminhar esforços para a luta contra

quatro empresas têxteis e que, enquanto mantinha salários em atraso nessas empresas, constuia, talvez para se distrair das preocupações dos outros, uma riquíssima vivenda naquela cidade.

Dizem os Sindicatos têx-

xos salários em Portugal o vestuário e o têxtil, o calçado, madeira e cortiça, restaurantes e similares, serviços de saneamento e limpeza, lavandarias e tinturarias, serviços domésticos e serviços pessoais diversos.

Por outro lado, lembra a Central, que «dos cerca de 400 mil trabalhadores de mais baixos salários neste país metade são mulheres» e «destas cerca de 50 por cento são pessoal indiferenciado ou semiquilificado».

Sobre esta situação de salários miseráveis para uma massa enorme de trabalhadores que se inscrevem as novas subidas de preços que desincentivam a produção e o investimento. É sobre um novo agravamento de preços em cadeia que se inscrevem as falsas perspectivas que o Governo gostaria de meter pelos olhos dentro, mas nem sequer é capaz de apresentar com alguma credibilidade

através do chamado programa de recuperação financeira e económica.

Defender o sector público

Na quinta-feira passada, como aqui se anunciou, os trabalhadores das empresas públicas, nacionalizadas e participadas, que geralmente se designam por **sector empresarial do Estado (SEE)** reuniram em Lisboa as suas organizações representativas (ORTs). Além da semana de luta aprovada para **23 a 28 do corrente**, os mais de 500 representantes do SEE em plenário nacional reafirmaram que o sector «não é um cancro para o Orçamento do Estado», como o Governo se esforça por espalhar aos quatro ventos com a vela enfunada na televisão. O Orçamento entre 1977 e 1984, «recebeu mais 200 milhões de con-

tos do que aquilo que entregou às empresas públicas e nacionalizadas sob a forma de aumento de capital, subsídios e indemnizações compensatórias».

As conclusões do plenário nacional fazem notar, por outro lado, a insuficiência de capitais próprios investidos pelo Governo, as «dívidas gigantescas» à EPAC, Petrogal, EDP e banca que, no seu conjunto já têm a receber para cima de 350 milhões de contos. Recordam o congelamento de investimentos em curso e citam os 3 graneleiros para a Setenave e a expansão do alto forno da Siderurgia, no Seixal. Sublinham o recurso exagerado e caríssimo aos empréstimos, «designadamente ao crédito externo», que este ano já atinge uma verba superior a 160 milhões de contos só de encargos financeiros (juros) das empresas públicas industriais. Acusam, por

exemplo, «como factor das dificuldades do SEE», a diminuição do mercado interno, «em resultado da política de submissão ao FMI. A Quimigal vendeu em 83 menos 150 mil toneladas de adubos e a Siderurgia Nacional menos 162 mil toneladas de aço», sublinha o plenário nacional.

Os representantes dos trabalhadores de 98 empresas do SEE em todo o País (e dezenas deles entrevistaram no debate) acusaram o Governo e a sua política de tentarem marginalizar a participação legal dos trabalhadores organizados na vida das empresas, e na intervenção final a cargo de Kalidás Barreto, da Comissão Executiva do Conselho Nacional da Inter, foi sublinhada a falta de um projecto governamental para solucionar através de uma acção válida os problemas e as dificuldades que se colocam ao SEE e aos seus trabalhadores.

Poder local

As autarquias APU não estão em férias

Sob o espectro de um Outono (ainda mais) sombrio, com o pacote anti-autárquico aprovado na generalidade, e designadamente com os encargos com o ensino, a Acção Social e transportes escolares que aquele inclui, a exigir verbas que não há, as autarquias nem fecharam as portas, nem deixaram de manter a exigência do respeito pelo Poder Local democrático — e aí está, por exemplo, a Assembleia Distrital de Évora a exigir, agora, a revisão dessa legislação. O distrito de Évora, ou como outro exemplo a Assembleia de Freguesia de Santos-o-Velho (que nem é de maioria APU...).

Ao contrário, uma outra Assembleia de Freguesia, a de Moscardide — de presidência e executivo da Junta PS —, com 7 eleitos da APU, 7 do PS e 5 da AD, rejeitou moção de conteúdo idêntico, apresentada pela APU, com o voto de qualidade do presidente da Mesa, também do PS.

Aliás, a medida que o pacote vai sendo conhecido e discutido nos órgãos autárquicos, «a luz» vai-se fazendo — e não só da APU se vão desenvolvendo posições e acções para lhe dar combate.

Com umas no cravo e outras na ferradura (que isto de ser PS não é obrigatoriamente sinal de estar sempre na vanguarda da actual ofensiva contra o Estado democrático...), veja-se, contudo, o que se passou em Vila Real, em reunião de eleitos PS em autarquias do distrito para «reflexão» conjunta com Helena Torres Marques, secretária de Estado; são apreensões e a afirmação de que «não é possível a execução do que diz respeito à Acção Social Escolar e aos transportes escolares já no próximo ano lectivo».

Significará isto que a batalha não está perdida, e que o tempo e as dificuldades vão ser para muitos bons conselheiros. É justo, no entanto, dar relevo ao incansável trabalho do PCP e da APU centralmente e em cada autarquia para esclarecer sobre este pacote e sobre o que ele significa de estrangulamento do Poder Local. Encontros, reuniões, comunicados; no plano parlamentar, as tomadas de posição dos deputados; as posições conjuntas de muitos eleitos, nomeadamente presidentes de Câmaras, frequentemente acompanhados de eleitos de outras forças. E, com justíssimo direito a destaque, a mobilização e os seus resultados de camadas e classes profissionais atingidas — em primeiro lugar os **trabalhadores da Administração Local**, que através de greves e concentrações, plenários e outras acções de massas, conseguiram, se não fazer revogar, pelo menos paralisar os intentos governamentais de despedimentos em massa.

A actual movimentação de **professores** em torno dos encargos atirados, sem contrapartida de verbas, para as autarquias, é igualmente de registar: assinala-se recentemente o êxito do Econtro promovido pela CM da Amadora — «a imposição dos novos encargos» (...) «não é uma verdadeira política de descentralização mas uma perversão deste conceito» — e o de quinta-feira passada, promovido pela CM do Barreiro: de um e de outro, saíram comissões de trabalho representativas, apostadas na luta contra esta «delegação» impraticável e insultuosa de «competências».

Repressão, corrupção e sacos-azuis

Entretanto, como estas leis foram feitas e aprovadas por «peritos», tiram por um lado à generalidade — e dão, por outro, aos «eleitos». A corrupção e o compadrio pululam, e vai havendo sempre verbas para grandes obras que, aqui e ali, ministros (e TV) vão enfeitando quando anunciadas.

E, uma vez dado o tom pelo Governo e sua Lei de Segurança Interna, intensifica-se a repressão. E aí está, por exemplo, Abílio Curto, um «democrata» do PS presidente do município da Guarda, que proíbe a realização de plenários de trabalhadores camarários, convocados ao abrigo da Lei, e ameaça de punição os que divulgarem ou comentarem assuntos relacionados com a actuação da Câmara, ameaçando, intimidando e perseguindo (até ao despedimento de um delegado sindical). É, como observa a Comissão Concelhia do PCP, «uma autarquia de Abril com uma Câmara de Marcelo Caetano».

Tal qual em Santa Cruz, Madeira: o presidente, PPD, entre numerosas falcaturas que premeiam parentes e aderentes e a esponja que resolve passar sobre tudo o que era aspiração da população e mais não foi que promessa eleitoral, passou do insulto aos trabalhadores comunistas ao despedimento dos que se declaravam militantes ou simpatizantes (Luís Aníbal Teles e outros). Diz-se que obedece à «voz do dono» — e não é difícil detectar o estilo de Alberto João Jardim. Só que entre muitos do PPD deste e muitos do PS de Mário Soares não há, como se vê, grandes diferenças.

«Muitos do PS e muitos do PPD». Não tudo porém — e ver-se-á que cada vez menos. Aliás, as tomadas de posição

contra a política antidemocrática do Governo começam a surgir, significativamente, de todos os quadrantes. E aí está, como outro exemplo, a Assembleia Municipal de Tomar: em moção aprovada em sessão do passado dia 6, a AM reprovou as propostas do Governo Soares/Pinto em relação à Segurança Interna, deliberando reclamar dos deputados e presidente da AR a não aprovação dessas leis e, caso aprovadas, do Presidente da República que as não promulgue. Dado a registar: a AM de Tomar é composta por 4 eleitos da APU, 15 do PS e 31 eleitos pela AD...

Em tempo de «férias»

Mas, dizia-se de início, as autarquias nem deixaram de lutar, nem fecharam as portas. Eleitos em funções, serviços abertos, a APU pelo menos não foi para férias. A actividade e as exigências são naturalmente mais intensas nas autarquias da faixa costeira, em zonas do interior mas também de veraneio e nas zonas de emigração que agora festejam a visita (ou o regresso, como é o caso dos que se anunciam da Alemanha Federal) dos seus conterrâneos.

Desfalçadas do precioso concurso dos jovens da OTL, este ano «desactivada» pelo Governo, muitas autarquias APU fazem contas e aventuram-se ao seu próprio programa de **ocupação dos tempos livres dos jovens**. É o caso de Loures, que subsidiará e integrará 300 jovens, e de vários outros municípios do distrito de Lisboa.

É aliás de Loures que vem também a notícia da maior realização festiva da próxima semanas no distrito: as comemorações do **98.º aniversário** da vila, coincidente com a tradicional Feira, mostra das actividades concelhias, este ano extravasando quer em espaço — a R. da República e a Estrada Nacional n.º 8 serão vedadas ao trânsito e utilizadas — quer na diversificação de actividades.

A Feira, que começa amanhã e se prolonga até dia 28, contará com a também tradicional Feira do Livro e espectáculos musicais, de cinema e teatro (o IV Festival de Teatro Amador, promovido pela CGTP, já ali está a decorrer) e uma exposição de artes plásticas que se prolongará do interior dos Paços do Concelho para o jardim fronteiro, onde funcionará também alguns ateliers.

Competições de chinchilho, asa-delta, atletismo, xadrez, ténis de mesa e as Três Léguas de Loures, prova que percorrerá o concelho no dia 21, fazem parte do programa desportivo. Neste programa, o dia 26 vai ser especial: feriado municipal deste concelho que é o terceiro do País em área, foi escolhido para homenagear os cerca de dois mil trabalhadores que «ao longo dos anos contribuem, com o seu esforço e capacidade, para que Loures seja cada vez mais um concelho onde se resolvem os problemas da população e onde se possa viver».

Para a realização da feira, concorrem que o município quer as freguesias e as colectividades.

MURPI pela moralização da segurança social

Um novo protesto sobre a política de Segurança Social do Governo — agora sobre a disparidade entre os 5500\$00 que são o valor máximo de mais de um milhão de pensões e os 16 000\$00 atribuídos, por idoso, a lares e centros residenciais públicos e particulares — foi tornado público pelo MURPI, que ainda há dias igualmente protestava contra o atraso incomportável no pagamento das pensões, a atingir quase um mês.

É sublinhado no documento que 16 mil escudos não é evidentemente demasiado para pagar comida, dormida e cuidados de higiene de cada utente nesses centros de internamento. Mas então como admitir que em casa própria se possa viver com quantias que variam, para mais de metade dos pensionistas, entre 2400\$00 e 5500\$00? O argumento da «austeridade», tão frequentemente invocado pelo Governo, é, da sua parte, falso — como esvaziada de seriedade é toda a sua acção nesta matéria. O MURPI relata, das

conclusões do II Encontro sobre Problemas dos Idosos, duas reivindicações que o Estado não pode continuar a ignorar:

— A primeira, que a acção social, por ser de âmbito nacional, é da responsabilidade de toda a sociedade e não apenas da solidariedade dos trabalhadores do comércio, da indústria e dos serviços (os abrangidos pelo regime geral), afectando sobretudo o valor das pensões;

— A segunda, que é abusiva «a transferência, só em 1984, de mais de 46 milhões de contos da Segurança Social para encargos de prestações que cabem ao Estado». Isso, acrescido de outras vultosas despesas, «reduz a alíquota do MURPI — em mais de 25% o valor possível das pensões».

É uma afirmação de luta, mas é também um lamento ou um apelo, a que nenhum de nós pode ser insensível, o final do comunicado do MURPI: «os reformados não estão dispostos a continuarem a ser o (grande) bode expiatório da crise!».

BOLETIM DE INFORMAÇÃO

Documentos das partidas comunistas e operárias
ARTIGOS E INTERVENÇÕES

edições Avante!

Internacional

Angola

As pretensões do imperialismo e o papel do Governo português

O imperialismo pretende forçar a direcção do MPLA-PT à «constituição de um governo de união nacional que englobaria, também, os fantoches da Unita» — denunciou, há dias, o vice-ministro da Defesa e comandante da Marinha de Guerra da República Popular de Angola. Pretensão, sem dúvida, pouco original, pois esforços não faltaram, mesmo anteriores à própria independência de Angola, para imposição de um governo à medida dos interesses do imperialismo, portanto numa perspectiva neocolonialista. Mas uma pretensão muito real, que entretanto está a custar a Angola um elevadíssimo preço tanto em vidas humanas como no plano económico e sócio-político. E para cuja concretização o imperialismo não tem poupado esforços, utilizando todas as armas, lançando a sua ofensiva em todas as frentes.

A recente sabotagem de um oleoduto em Cabinda pode ser apresentada como exemplo do que é a acção contra-revolucionária em Angola, quais os seus métodos e objectivos e os apoios de que goza.

Um primeiro aspecto: o objectivo da agressão foi económico. E acompanhado de ameaças às companhias estrangeiras que operem em Angola.

Um outro: as vítimas são civis — mais de 20 mortos e de 50 feridos.

E ainda: o atentado é acompanhado pela exigência absurda e absolutamente coincidente com os planos do imperialismo de um pretenso

«governo de união nacional». No comunicado em que a Unita reivindica tal acção terrorista, afirma-se, provocatoriamente que «não ficará pedra sobre pedra até que os cubanos saiam de Angola e haja um governo de união nacional» — uma esclarecedora ligação de exigências...

Por último: o comunicado da Unita foi distribuído em Lisboa.

Referindo mais um exemplo actual, é de destacar o julgamento, em Luanda, de 124 réus acusados de envolvimento no tráfico ilícito de diamantes, introdução massiva de moeda estrangeira no país e implantação de um mercado cambial paralelo. A avariação das per-

das sofridas pelo povo angolano por esta actividade criminosa pode resumir-se num dado esclarecedor: só em dois anos (1981 e 1982), os prejuízos causados pelo tráfico chegaram a quase metade das despesas nacionais em educação, saúde, cultura e desportos, em 1980. O dinheiro desviado chegaria para comprar alimentos que dessem para um ano, ou construir várias escolas ou hospitais.

Assim se compreende melhor a íntima ligação entre a guerra de agressão, as acções terroristas e a guerra económica conduzidas contra Angola, numa acção envolvente que visa estrangular todo um processo revolucionário que explicitamente aponta como objectivo o socialismo.

No discurso pronunciado na sessão de abertura da Assembleia do Povo, o camarada José Eduardo dos Santos, presidente de Angola, salientou:

nossa sobrevivência como Estado independente e soberano.» Palavras que atestam das imensas dificuldades impostas ao povo angolano e do esforço para lhes dar a resposta adequada.

Lisboa sempre presente

O comunicado da Unita sobre a recente acção terrorista que atingiu um oleoduto foi divulgado em Lisboa. Também no processo dos traficantes de diamantes — acusados de actuar em coordenação com redes organizadas a partir do exterior, com apoio de grupos financeiros internacionais e bancos estrangeiros — Lisboa surge como a via de passagem do tráfico, nomeadamente para Antuérpia. Num comentário da Angop sobre a nova estratégia imperialista na África Austral, e em referência aos esforços de recuperação da imagem do

tenha representado exactamente em Lisboa, com Mário Soares e Pieter Botha como protagonistas».

Claro que se pode negar sempre tudo. Até a evidência. E como se sabe, o governo português continua a tentar apresentar a sua política em relação à África mesmo como um modelo de solidariedade. Quanto à acção contra-revolucionária antiangolana que se desenvolve em Portugal, invoca-se, como argumento justificativo, as liberdades e direitos imperantes em Portugal... liberdades e direitos assim concedidos a terroristas e negados aos trabalhadores portugueses!

Mas os factos não podem ser escamoteados. As pistas da contra-revolução e da sabotagem económica vêm dar a Lisboa. Como por Lisboa passa um corrupto de gente que certamente nada tem a ver com os interesses dos povos de Angola ou de Portugal. De



Unir defesa e produção mantém-se como uma necessidade imperiosa para o povo angolano

«Sabem, camaradas, que o imperialismo e a racista África do Sul nos impõem uma guerra de agressão onerosa que condiciona indiscutivelmente, o nosso programa de desenvolvimento económico e social. Por isso temos de fazer a guerra justa do povo contra a guerra imperialista e injusta sem descurar, contudo, a produção para o fortalecimento da nossa economia e para mantermos a

«apartheid», afirma-se: «O centro de comando desta operação está instalado em Portugal, onde a contra-revolução angolana dispõe de liberdade de movimentos, de protecção oficial e de propaganda fácil em certa imprensa, incluindo os órgãos de informação estatizados.

«Daí que a apoteose do primeiro acto da farsa montada por Washington e Pretória se

um Botha a altos funcionários governamentais americanos, que expressamente vêm discutir questões africanas, ou ainda a visita próxima do vice-ministro sul-africano de Negócios Estrangeiros.

E a questão que se coloca é: que papel está a desempenhar o governo português no dramático cerco que o imperialismo a nível internacional impõe ao povo angolano?



Confiança e participação activa das massas está na base dos êxitos de uma revolução que se afirma em condições particularmente difíceis

Êxitos da Revolução Sandinista

A Nicarágua de hoje é bem diferente da que há cinco anos atrás derrubou a ditadura somozista. Diferente a nível político, económico e social, apesar de todas as dificuldades que os nicaraguenses têm sido forçados a enfrentar na sua luta contra a guerra não declarada que lhes é movida pelo imperialismo norte-americano.

Governada desde 19 de Julho de 1979 pela Junta de Reconstrução Nacional e por um Conselho de Estado em que estão representadas todas as forças da nação e partidos políticos, a Nicarágua rege-se desde então por um Estatuto Fundamental que substitui a anterior Constituição, onde se consagram os princípios fundamentais da Revolução: a democracia, o anti-imperialismo, o não-alinhamento, a economia mista, o pluralismo político, o respeito pelos direitos humanos, a liberdade de expressão.

De entre as principais transformações registadas na Nicarágua após a tomada do poder pelos sandinistas salienta-se a nacionalização de todas as propriedades de Somoza, da banca privada e do comércio externo; a substituição da tenebrosa Guarda Nacional (muitos dos seus membros fugiram do país e fazem hoje a contra-revolução sob os ordens de Washington) pelo Exército Popular Sandinista, a campanha de alfabetização, a reforma agrária e o direito à saúde.

Malgrado as inúmeras dificuldades, fruto da herança somozista e dos ataques do imperialismo, os sucessos registados nos vários campos de actividade são uma prova da capacidade e do empenhamento popular na melhoria das condições de vida na Nicarágua.

Com a campanha de alfabetização, por exemplo, o analfabetismo foi reduzido de 50 para 12 por cento; amplas camadas da juventude foram mobilizadas para este projecto, permitindo o convívio e a compreensão entre adultos e jovens, estudantes e camponeses e a consciência da impor-

esforços feitos pelos revolucionários sandinistas são os resultados alcançados no domínio económico, pese embora o facto dos enormes gastos com a defesa e os problemas levantados pelo boicote económico dos EUA à Nicarágua. Em 1983, apenas seis países da América Latina registaram taxas positivas de crescimento do seu Produto Interno Bruto. A Nicarágua foi um deles, com

um crescimento de 2 por cento. Um crescimento que certamente teria sido maior sem o bloqueio norte-americano às exportações de carne e açúcar, sem o boicote dos pedidos de financiamento da Nicarágua aos bancos internacionais, sem as perdas de mais de 800 milhões de dólares provocadas pela destruição de escolas, centros de saúde e de desenvolvimento infantil, maquinaria, pontes, colheitas, etc.

Firmemente empenhado em defender a revolução, o povo da Nicarágua tem dado provas do seu elevado espírito de sacrifício, aliado a uma inesgotável capacidade de procurar novas formas para tornar as dificuldades. Conta para tal com a sua unidade e com a fraternal ajuda dos países e povos que a sua unidade e com a fraternal ajuda dos países e povos que com ele estão solidários. E assim que a colheita açucareira de 83/84 vai já em 5 milhões e 200 mil quintais (quase o máximo da sua história, alcançado

Sessão comemorativa

A Comissão Nacional Portuguesa de apoio à Revolução Popular Sandinista da Nicarágua promove hoje, no Teatro Maria Matos, em Lisboa, uma sessão comemorativa do V aniversário do derrube da ditadura somozista.

A sessão, que começa às 21 h., é presidida pelo prof. Henrique de Barros e tem

como principais oradores o embaixador da Nicarágua em Lisboa, Fanor Herrera, em representação da Frente Sandinista, e ainda o eng. Aquilino Ribeiro Machado e José Luis Judas.

A parte cultural conta com a participação de Carlos Mendes e o «Triângulo do Mar», para além de uma mostra de artesanato nicaraguense.

Timor-Leste, solução só com independência

No próximo mês de Setembro, a questão de Timor-Leste, sob ocupação indonésia, à face do direito internacional ainda sob administração portuguesa, voltará a ser discutida na Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesta perspectiva têm vindo a ser desenvolvidos pela Fretilin que dirige a luta do povo mauber contra os ocupantes, apesar dos actos de genocídio a que a Indonésia tem recorrido para liquidar a luta de um povo cujo território ilegalmente ocupa e, em Portugal, também pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere, múltiplas iniciativas visando um apoio internacional à luta que se desenvolve em Timor-Leste, pela independência, contra os massacres.

Mas nem todas as posições e actos políticos, mesmo quando formalmente de condenação dos massacres e de solidariedade com o povo maubere, coincidem nos seus objectivos. A carta dos 123 congressistas norte-americanos a George Shultz, a esperança manifestada pelo Vaticano de que seja considerada a «identidade cultural, religiosa e étnica do povo de Timor-Leste, a preocupação expressa pelo Partido Trabalhista Australiano, apontando para um cessar-fogo, têm necessariamente um conteúdo diferente de outras assumidas pela comunidade socialista ou a inequívoca posição de apoio à independência defendida pelo Partido Comunista Português.

Face às muito particulares responsabilidades do governo português em relação a Timor-Leste, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere tem desenvolvido diversos encontros e reuniões de carácter oficial, nomeadamente com o Presidente da República e a comissão eventual da Assembleia da República para acompanhamento da situação de Timor-Leste.

Entretanto a Comissão para os Direitos do Povo Maubere afirmou recentemente que não está a ser praticada por Portugal «uma política coerente de apoio diplomático à luta maubere pela autonomia e a independência» e sublinhou que o problema só é resolvido «com um acto de autodeterminação».

Grã-Bretanha — alastra o movimento grevista

— Com a entrada em greve dos estivadores de Dover, dia 16 (60% das exportações britânicas para a CEE passam por este por-

to), completa-se o círculo de greve que abarca todos os portos da Grã-Bretanha com sérios reflexos a nível económico. Simultaneamente — e de par de outros movimentos grevistas de menor envergadura — prossegue a greve dos mineiros das minas de carvão, iniciada em 12 de Março, contra o desmantelamento do sector.

Assim se generaliza um crescente movimento de repúdio pela política do governo conservador de Thatcher, cujos reflexos também se fizeram sentir nas recentes eleições para o Parlamento Europeu.

De par da repressão amplamente utilizada, que já fez dois mortos e muitas dezenas de feridos, o governo de Thatcher brande agora a ameaça do estado de emergência.

Face à situação gerada, o Partido Comunista da Grã-Bretanha apela à intensificação da luta e sublinha que a classe operária britânica tem «uma possibilidade real de se colocar à cabeça do movimento maciço dos ingleses que pretendem modificar a política do país».

Chantagem económica contra Nova Zelândia?

— O novo governo Trabalhista da Nova Zelândia exprimi a sua vontade de algumas alterações na política externa que tem vindo a ser seguida. O que não pode deixar de ser considerado muito estritamente uma questão interna, de normal exercício da soberania nacional. Não se trata aliás de posições particularmente arrojadas. Pretende-se simplesmente renegociar o tratado ANZUS (tratado militar entre a Nova Zelândia, os EUA e a Austrália), que data de 1951, proibir o acesso aos portos nacionais de navios de guerra norte-americanos portadores de armas nucleares e a criação de uma zona desnuclearizada no sul do Pacífico. Tanto bastou para a embaixada norte-americana em Wellington avançar já a possibilidade de sanções económicas e alfandegárias! Uma lição que também nos serve perfeitamente.

— Realizou-se dia 18, e por iniciativa do Comité Português de Apoio à Reunificação Independente e Pacífica da Coreia uma sessão pública integrada no mês de solidariedade com a luta do Povo Coreano pela Reunificação da Coreia. A sessão teve o patrocínio da Embaixada da República Popular Democrática da Coreia, em Lisboa.

Solidariedade com o povo coreano

— Realizou-se dia 18, e por iniciativa do Comité Português de Apoio à Reunificação Independente e Pacífica da Coreia uma sessão pública integrada no mês de solidariedade com a luta do Povo Coreano pela Reunificação da Coreia. A sessão teve o patrocínio da Embaixada da República Popular Democrática da Coreia, em Lisboa.

Polónia 40 anos de independência e de socialismo

Dia 22 de Julho comemora-se o 40.º aniversário da proclamação em Lublin do manifesto do Comité Polaco de Libertação Nacional — lançando as bases da nova Polónia, em que indissolivelmente se ligam independência e socialismo.

Nestas quatro décadas a Polónia deu um gigantesco passo em frente, que erros e dificuldades, os graves problemas recentemente vividos também pela ingerência múltipla do imperialismo, não nos devem levar a substar. De pais atrasado, historicamente dividido e disputado entre a velha Alemanha e a Rússia czarista, e posteriormente devastado por uma guerra de que resultou uma verdadeira matança da população, a Polónia deu o passo decisivo para uma outra situação completamente diversa. Hoje, é um país agro-industrial, que ocupa mesmo os primeiros lugares a nível mundial na extracção de carvão, cobre e enxofre. Desde 1950 a produção industrial aumentou em mais de 14 vezes.

Êxitos ligados à realidade do socialismo, e que por isso mesmo se traduziram e traduzem em benefícios gerais para a população — pesem embora as dificuldades do grave período de crise actualmente numa fase de superação —, numa situação de segurança, desconhecida no capitalismo, e que hoje renasce com força na Polónia socialista. Como recentemente declarou o camarada

Jaruzelski, «a Polónia volta a ser um país onde se pode viver com a certeza do amanhã, num futuro em que finalmente se pode pensar com esperança».

O processo eleitoral realizado em 17 de Junho, em que a reacção interna e externa apostaram num retrocesso do que entretanto já foi alcançado na recuperação da crise, confirma, de forma ineludível, que os polacos sentem confiança no futuro, e mais, que estão confiantes na política do Partido. Apesar da campanha pela abstenção, três quartos dos polacos foram votar, num escrutínio que se desenrolou sob o controlo de centenas de milhares de cidadãos, membros das comissões eleitorais.

Não porque sejam poucos os problemas ainda a superar. Problemas amplamente debatidos na 16.ª reunião plenária do Comité Central do POUN, realizada 2 e 3 de Junho em Lodz, e de que se destaca a «corrida» entre aumentos de salários e preços, fenómeno ainda ligado à crise, dificuldades no abastecimento da economia em matérias-primas e materiais, problemas com o empre-

go e aproveitamento do tempo de trabalho.

Mas os êxitos são ineludíveis: em 1983 registou-se na indústria um aumento de produção de 6,7 por cento e de 8,2 por cento na produtividade do trabalho, enquanto o salário médio subia 27,5 por cento. Desde o início do ano de 84, a produção industrial aumentou em 5 por cento.

Estes índices não se obtêm sem base de apoio social, sobretudo tendo em conta não só a degradação da situação económica gerada pela crise que a Polónia viveu, como o boicote económico por parte dos países capitalistas.

Na verdade os progressos alcançados assentam num grande esforço de esclarecimento, de mobilização popular, de estimulação da confiança de massas.

«O Partido não existe para si próprio. Nada há mais importante do que juntar à sua volta todos os que não estão no Partido, para resolver os problemas em comum.» Este é o rumo encetado. Que já deu frutos apreciáveis. E firmemente aponta para o futuro, na continuidade do desenvolvimento socialista — a perspectiva que se quis roubar aos polacos, mas que 40 anos depois o povo polaco volta a confirmar como a sua opção.

(Ler no Suplemento a 2.ª parte do artigo de Dias Lourenço)

Saudação do PCP

O PCP está representado nas comemorações oficiais do 5.º aniversário da Revolução sandinista pelo camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

O camarada Joaquim Gomes é portador de uma mensagem do PCP para a Frente Sandinista, que transcrevemos:

Queridos Camaradas Em 19 de Julho de 1984, o povo nicaraguense celebra o 5.º Aniversário da Revolução Sandinista, revolução que pôs termo a uma das mais ferozes ditaduras do nosso tempo, empreendendo na sua pátria finalmente libertada a edificação de uma nova sociedade orientada pelos ideais da liberdade, da independência nacional e do progresso social.

Nesta data histórica o Comité Central do Partido Comunista Português envia à Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional e, por seu intermédio a todo o povo nicaraguense, as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Ao longo destes 5 anos, enfrentando condições particularmente difíceis e complexas, o povo nicaraguense, sob a direcção da FSLN, alcançou importantes êxitos na edificação de uma nova Nicarágua, defendeu com determinação e heroísmo exemplar a independência e soberania da sua pátria, rechaçou as tentativas do imperialismo e da reacção para liquidar a sua revolução. Trata-se de um acontecimento do maior alcance e significado internacional. O povo da Nicarágua encontra-se hoje na primeira linha de combate pela liberdade e o progresso social. A defesa e consolidação da revolução sandinista assume uma enorme importância, não apenas para o povo da Nicarágua e para os povos da América Central e Caraíbas

mas para os povos da América Latina e de todo o mundo.

Essa realidade que o imperialismo procura por todos os meios liquidar. Na guerra não declarada contra a Nicarágua a administração Reagan recorre aos métodos mais brutais e terroristas, transforma as Honduras numa gigantesca base militar de agressão, comete os mais odiosos crimes contra o vosso povo através dos bandos somozistas e dos mercenários a soldo da CIA, prepara uma agressão militar directa em larga escala contra a Nicarágua e o povo heróico de El Salvador.

Esta política criminosa do imperialismo norte-americano contra a revolução nicaraguense é parte integrante da sua estratégia global militarista e agressiva visando impor ao mundo o seu domínio. Ela não é porém uma expressão de fortalecimento, mas de enfraquecimento das posições do imperialismo e das suas vãs pretensões de impedir o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e dos povos pela sua emancipação nacional e social. Hoje, as forças do progresso social e da paz são mais fortes e numerosas do que nunca e, se unidas, estão em condições de derrotar os projectos de agressão e de guerra do imperialismo, defender a paz e assegurar o avanço dos povos pelo caminho da democracia, da independência nacional e do progresso social.

Queridos Camaradas Para os comunistas, a classe operária e o povo português que este ano celebraram o 10.º Aniversário da Revolução do 25 de Abril com poderosas acções de massas e continuam com determinação a luta em defesa das conquistas democráticas alcançadas com a revolução e contra a política antipopular e antinacional do actual Governo, a revolução sandinista constitui um grande estímulo.

Os comunistas e os tra-

balhadores portugueses têm o mais alto apreço pelas tradições patrióticas e revolucionárias do vosso povo, pelos extraordinários sacrifícios consentidos na luta popular armada contra a tirania somozista, pelo empenhamento revolucionário do povo nicaraguense na luta para defender e aprofundar as conquistas populares da revolução e derrotar a agressão imperialista. A realização em Portugal da Conferência Internacional sobre a Nicarágua e pela Paz na América Central testemunha os sentimentos de fraternal solidariedade dos trabalhadores e do povo português para com o povo da Nicarágua.

Fiel aos princípios internacionalistas que sempre guiaram a sua acção, o PCP continuará a valorizar as realizações da revolução sandinista, a denunciar por todos os meios ao seu alcance as pressões, ingerências e agressões do imperialismo norte-americano contra o vosso país assim como para com o povo de El Salvador e demais povos da América Central, a desmascarar as campanhas de mentiras e calúnias contra a revolução nicaraguense e as operações de promoção de contra-revolucionários e de intriga subversiva que certas forças têm organizado em Portugal.

Expressamo-vos uma vez mais a activa solidariedade dos comunistas portugueses e a nossa vontade de continuar a agir para que as relações de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e FSLN se fortaleçam ainda mais no futuro, no interesse, dos nossos dois povos e países e da causa da liberdade, do progresso social e da paz em todo o mundo.

Viva o 5.º Aniversário da Revolução Sandinista! Viva a amizade entre a Frente Sandinista de Libertação Nacional e o Partido Comunista Português! Viva a Nicarágua revolucionária!